

INTRODUÇÃO

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. gera ação e transporte entre os municípios que compõem a Região Metropolitana do Estado: São Paulo (RMSP), Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), Vale do Paraíba/Litoral Norte (RMVPLN) e Sorocaba (RMS). São 134 cidades e mais de 31 milhões de habitantes. A EMTU/SP é uma sociedade anônima integrante da administração indireta do Estado de São Paulo e vinculada à Secretaria de Estado de Transportes Metropolitanos (STM).

1. GESTÃO DO TRANSPORTE METROPOLITANO
1.1. POR REGIÃO
• Região Metropolitana de São Paulo

A RMSP é composta por 39 municípios que são interligados por 488 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota de 3.699 ônibus e micro-ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24). Em 2024 foram transportados na RMSP cerca de 411,1 milhões de passageiros, correspondendo a uma queda de aproximadamente 2,5% em relação a 2023.

O Serviço de Fretamento nessa região possui 8.217 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria dos Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 7.718 fiscalizações em campo, 44,6 mil fiscalizações eletrônicas e nos dois sistemas, Regular e Fretamento, 22.339 inspeções de frota.

Na RMSP está em operação o Corredor Metropolitano ABD (São Mateus-Jabaquara), além da extensão Diadema-Morumbi com 45 km de faixas (33 km exclusivas e 12 km compartilhadas) para ônibus, e o Corredor Guarulhos - São Paulo (Tucuruvi), com 15,6 km de extensão, sendo cerca de 12 km de faixa exclusiva para ônibus.

O Corredor Itapevi - São Paulo está em fase de implantação, sendo que os terminais Carapicuíba, Luiz Bortolosso (Km 21) e Vila Yara (Amador Aguiar) já estão em operação.

Atualmente todas as cinco áreas da Região Metropolitana de São Paulo possuem o serviço regular de ônibus em regime de Concessão. As concessionárias que operam na RMSP são as seguintes:

Região	Conces-sionária	Objeto	Municípios
Área 1 Sudoeste	Intervias	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Cotia, Embu das Artes, Embu Guá, Itapecaíra da Serra, Jiquitiba, São Lourenço da Serra, Taboão da Serra, Vargem Grande Paulista.
Área 2 Noroeste	Anhanguera	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Barueri, Caiçaras, Cajamar, Carapicuíba, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapevi, Jandira, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Santana de Parnaíba.
Área 3 Nordeste	Internorte	Linhas Regulares (Comuns, Seletivas e Sist. Aeroporto)	Arujá, Guarulhos, Mairiporã, Santa Isabel.
Área 4 Leste	Unileste	Linhas Regulares (Comuns e Seletivas)	Biritiba Mirim, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itaquaquecetuba, Mogi das Cruzes, Poá, Salesópolis, Suzano.
Área 5 Sudeste	NEXT	Linhas Regulares* (Comuns e Seletivas) Corredor São Mateus-Jabaquara e extensão Diadema-Brooklin	Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Caetano do Sul, São Bernardo do Campo.

* Por meio do Termo Aditivo nº13 ao Contrato 020/97, assinado em março de 2021 com a ABC Sistema de Transporte SPE S.A. ("NEXT Mobilidade"), as linhas de ônibus remanescentes da Área 5, anteriormente operadas por 16 permissionárias, foram assumidas na sua totalidade em março de 2022 pela NEXT

CARTÃO TOP

O cartão TOP foi implementado em 2021 contribuindo para a modernização dos meios de pagamento dos transportes coletivos. A principal característica dessa plataforma foi trazer todas as aplicações num mesmo cartão: sênior, escolar meia-tarifa, escolar passe livre, vale-transporte e comum; diferentemente do seu antecessor, o cartão BOM¹, que para cada aplicação exigia um cartão exclusivo.

Além de ser utilizado em todas as linhas da EMTU/SP na RMSP desde março de 2022, o cartão TOP é aceito nas linhas do Metrô e da CPTM, com desconto nas integrações. Ele também é aceito nos ônibus municipais de Arujá, Cotia, Rio Grande da Serra e Taboão da Serra. A bilheteria TOP também possibilita o pagamento da tarifa do transporte por meio do QR Code (tíquete impresso) nas estações do Metrô e da CPTM, e a partir de 2023, de cartões de débito e crédito sem contato nas linhas da EMTU/SP.

BRT ABC

Com obras iniciadas no final de 2022, o BRT ABC é um sistema rápido de ônibus elétricos com 17,3 km de extensão, que conectarão os municípios de São Caetano, São Bernardo do Campo e Santo André à capital paulista. A frota de 92 veículos elétricos (não poluentes), beneficiará cerca de 173 mil passageiros por dia em seus três terminais e 16 estações. A implantação está a cargo da concessionária NEXT Mobilidade que investirá cerca de R\$ 1 bilhão.

A 1ª fase das obras, que corresponde ao trecho de 3,8 km do Terminal São Bernardo até a Avenida Lauro Gomes, no cruzamento com a Avenida Winston Churchill, possui 2,6 km de pavimento rígido em concreto armado, e destes 1,5 km de barreira de segurança do tipo New Jersey. Também foi concluída a Parada Metrópole. (dez/23), e a previsão para o início da execução de estacas para fundações do Terminal São Bernardo é janeiro de 2025.

A 2ª fase do BRT-ABC, com extensão de aproximadamente 15 km, inclui 13 paradas, três viadutos, quatro pontes e cinco passarelas. Será construída a pista a partir da divisa de São Bernardo do Campo até o terminal Sacomã, em São Paulo. Foi iniciada a montagem do canteiro de obras do Terminal Tamanduateí.

A Licença Ambiental de Instalação foi emitida pela Cetesb no final de janeiro de 2024. Nesta etapa, já estão concluídos 80% da pavimentação rígida (trecho 3) e 85% da terraplanagem, entra a praça Mauá e Couros (trecho 4). Estão em andamento a drenagem e reforço da base do muro e a prospecção das redes da CPTM no local de implementação (trecho 5); e 80% da pavimentação concluída (trecho 6).

NOTÍCIAS

Em março, uma nova etapa de obras foi iniciada para a construção do BRT-ABC, sistema rápido de ônibus elétricos que conectarão a região do Grande ABC à capital. Os serviços avançaram na Av. Lauro Gomes, após o cruzamento da Av. Winston Churchill, em São Bernardo do Campo, com a remoção do piso asfáltico. A Fase 2, com extensão de aproximadamente 15 km, inclui 13 paradas, três viadutos, quatro pontes e cinco passarelas.

Em outubro, foram entregues em Carapicuíba, dois viadutos e a pavimentação de mais 2,2 quilômetros do Corredor Metropolitano Itapevi-São Paulo (Terminal Vila Yara), além da conclusão das paradas Brasil e Poupatempo. Com investimentos de R\$ 80,2 milhões, o conjunto dos viadutos contribui para desafogar o trânsito do centro de Carapicuíba, onde estão localizados os terminais metropolitanos, municipal e a Estação da Linha 8-Diamante.

Em 2024, a EMTU/SP realizou com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) uma visita técnica às instalações de produção de hidrogênio como parte da II Semana de Cultura, Ciência & Tecnologia, do instituto. A visita foi realizada na estação de produção, que se encontra na Unidade da EMTU/SP em São Bernardo do Campo. O encontro marca um importante passo no convênio entre a EMTU/SP, o IPT e a USP, cujo objetivo é reabilitar o sistema de produção de hidrogênio e os ônibus movidos a célula a combustão.

¹ Após a implantação do TOP, não é mais possível fazer recargas no cartão BOM, mas este poderá ser utilizado até o fim do saldo residual existente. Em dez/24, restavam 447 mil cartões BOM ativos.

EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP

CNPJ nº 58.518.069/0001-91

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

tível hidrogênio, que em breve circularão na Universidade de São Paulo.

• Região Metropolitana da Baixada Santista

A RMBS é formada por 9 cidades e por elas circulam 62 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum, Seletivo e VLT. São operadas com uma frota de 468 ônibus e 22 Veículos Leves sobre Trilhos (VLT's) cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24) que em 2024 transportaram cerca de 59,2 milhões de passageiros, mantendo-se a demanda de 2023.

O Serviço de Fretamento na RMBS conta com 1.113 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 5.703 fiscalizações em campo, 2.579 fiscalizações eletrônicas e nos dois sistemas, Regular e Fretamento, 3.558 inspeções de frota.

O Consórcio BR Mobilidade da Baixada Santista é responsável pela operação do SIM/VLT - Sistema Integrado Metropolitano (VLT e linhas metropolitanas do serviço Regular). Esse consórcio será responsável também pela operação dos trechos Conselheiro Nébias-Valongo (Santos), que teve obras iniciadas em 2020 e Barreiros-Samaritá (São Vicente), cuja implantação teve início em março de 2024 com a reforma (recuperação estrutural e ampliação da Ponte dos Barreiros, numa primeira etapa).

VLT

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista em operação, entre São Vicente (Barreiros) e Porto de Santos possui 11,5 km de extensão e 15 estações de Embarque e Desembarque. Em 2024, esse sistema transportou cerca de 8,3 milhões de passageiros, o que representa um aumento de 12% em relação a 2023.

A operação conta com o total de 22 veículos (VLT's) operacionais e o intervalo entre partidas no horário de pico é de 6 minutos.

NOTÍCIAS

Em março, a EMTU/SP emitiu a Ordem de Início das obras de reforma e ampliação da Ponte A Tribuna, antiga Ponte dos Barreiros, que liga a área insular à área continental de São Vicente. A reforma marca o início da implantação da fase 3 do VLT da Baixada Santista, ligando o Terminal Barreiros à Samaritá. O investimento do Governo do Estado previsto para toda essa fase é de R\$562 milhões.

Em setembro, a EMTU/SP e a Álya Construtora deram início à etapa de validação operacional da segunda fase do VLT no trecho entre Conselheiro Nébias e Valongo, no centro de Santos. Ao longo dos 8km de extensão, o projeto recebeu atividades de preparação e homologação de redes aéreas e de via permanente, inclusive com testes sem passageiros e a passagem da composição por todo o trecho, desde a conexão da Linha 1, no cruzamento da rua Campos Melo x Avenida Afonso Pena, percorrendo a área central de Santos.

• Região Metropolitana de Campinas

A RMC é composta por 20 cidades interligadas por 130 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo. São operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 324 ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24) que em 2024 transportaram pouco mais de 31,0 milhões de passageiros, aproximadamente 3,6% menos passageiros que no ano de 2023.

O Serviço de Fretamento na RMC conta com 5.896 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 5.725 fiscalizações em campo, 4.313 fiscalizações eletrônicas e 13.812 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento, que corresponde a 19% a mais que em 2023.

A região conta com a operação do Corredor Metropolitano Biléo Soares que possui 31,7 km de extensão, sendo 23,0 km de faixa exclusiva para ônibus. Atende aos municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste.

O Consórcio Bus+ é o responsável pela operação das linhas, manutenção dos terminais e estações de transferência da Região Metropolitana de Campinas.

NOTÍCIAS

A EMTU/SP, em parceria com o SEST Senat - Serviço Social do Transporte e Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte, realizou em 11 e 12/09 no Terminal Magalhães Teixeira, em Campinas, ações em apoio à Semana Nacional do Trânsito (18 a 25/09) com o tema "Paz no trânsito começa com você". O objetivo foi mobilizar e conscientizar a sociedade sobre a necessidade de lutar por um trânsito mais pacífico e seguro por meio de atividades educativas.

• Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

A RMVPLN é formada por 39 cidades que são atendidas por 70 linhas metropolitanas do Sistema Regular Comum e Seletivo, operadas com uma frota planejada para os dias úteis de 423 ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24) que transportaram, em 2024, aproximadamente 14,5 milhões de passageiros, aproximadamente 1,0% menos passageiros que no ano de 2023.

O Serviço de Fretamento na RMVPLN conta com 1.902 ônibus e micro-ônibus cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas 2.887 fiscalizações em campo, 1.918 fiscalizações eletrônicas e 5.605 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

O Novo Terminal Rodoviário de Pindamonhangaba, denominado Paulo de Andrade, foi inaugurado e já iniciou suas operações. Oito linhas intermunicipais que operam na cidade de Pindamonhangaba tiveram seus pontos iniciais transferidos para o novo Terminal Rodoviário da cidade.

No período de janeiro a junho de 2024, a EMTU/SP, em conjunto com a Polícia Militar do Estado de São Paulo realizou 128 operações de combate ao transporte não autorizado. Foram abordados 786 veículos nas modalidades regular e fretamento, número 14% maior em relação ao mesmo período de 2023. Essas fiscalizações resultaram na apreensão de 50 veículos que se encontravam em situação irregular. Foram aplicadas 788 autuações, quantidade 20% maior comparado ao período entre janeiro e junho de 2023.

Região Metropolitana de Sorocaba

A RMS é composta por 27 municípios onde operam 75 linhas intermunicipais do Sistema Regular Comum e Seletivo com uma frota planejada para os dias úteis de 147 ônibus cadastrados (fonte: Relatório Operacional dez/24). Em 2024, mais de 9,9 milhões de passageiros utilizaram o transporte metropolitano, correspondendo a um aumento na demanda de aproximadamente 1,4% em relação a 2023.

O Serviço de Fretamento na RMS conta com 2.005 veículos cadastrados na Secretaria de Transportes Metropolitanos (STM) em suas respectivas modalidades (Contínuo, Eventual, Próprio e Escolar).

No período de janeiro a dezembro de 2024, no sistema Regular, foram realizadas cerca de 1.265 fiscalizações em campo, 532 fiscalizações eletrônicas e 2.669 inspeções de frota nos dois sistemas, Regular e Fretamento.

NOTÍCIAS

A EMTU/SP, em parceria com a Prefeitura de Sorocaba, Urbes - Trânsito e Transportes e o Colégio Apollo, realizou em junho uma ação de saúde no Terminal São Paulo, em Sorocaba. Os passageiros que estiveram no terminal receberam orientações sobre hábitos saudáveis e cuidados preventivos para evitar doenças, especialmente as silenciosas. Estudantes e técnicos de enfermagem aferiram a pressão arterial e realizaram testes de glicemia, alertando sobre a importância de manter a saúde em dia.

1.2. DADOS GERAIS DO SISTEMA REGULAR
• Passageiros transportados (jan-dez/24)

Região Metropolitana	Passageiros/milhões
RMSP	411,08
RMBS	59,20
RMC	31,03
RMVPLN	14,50
RMS	9,93
TOTAL GERAL	525,74

Fonte: Relatório de Gestão Operacional - intranet

• Características da frota cadastrada - Sistema Regular (dez/24)

Região Metropolitana	Idade Média da Frota	Veículos com Acessibilidade	Total da Frota
RMSP	7,02	3.572	3.699
RMBS (*)	2,04	468	468
RMBS (**)	8,73	22	22
RMC	8,10	312	324
RMVPLN	7,48		

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

2.2. PASSAGEIRO ESPECIAL

• SEC - Serviço Especial Conveniado - LIGADO

Serviço de transporte de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida severa, realizado por meio de convênios ou contratos firmados entre a EMTU/SP e entidades assistenciais ou órgãos Federais, Estaduais e Municipais. Entre janeiro e dezembro de 2024, o Ligado realizou 1,81 milhão de atendimentos, sendo 5 mil a mais que em 2023. Em dezembro de 2024, havia 5.107 alunos cadastrados no sistema (1.120 na RMC e 3.987 na RMSP). Todos os 606 veículos do LIGADO (99 na RMC e 507 na RMSP), são totalmente adaptados e/ou adequados para pessoas com deficiência e monitorados via satélite. Os alunos transportados estudam em 958 unidades escolares, 183 na RMC e 775 na RMSP, e fazem parte da Rede Regular de Ensino e da Associação de Amigos do Autista - AMA, da Associação de Assistência à Criança com Deficiência - AACD, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, entre outras instituições conveniadas e/ou credenciadas pela SEDUC - Secretaria da Educação do Estado.

• Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPES

Em funcionamento desde setembro de 2000, o Centro de Atendimento ao Passageiro Especial - CAPEs SP completou 24 anos de atividade. Presente nas cinco Regiões Metropolitanas em que a EMTU/SP atua, o CAPEs atende diariamente cerca de 350 pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, em locais preparados para prestar o atendimento adequado com todos os dispositivos de acessibilidade necessários e dispõe de pessoas com deficiência no atendimento aos usuários com deficiência que buscam a isenção tarifária no transporte público metropolitano, tornando desta forma um atendimento mais humanizado.

Em 2024, os CAPEs emitiram 52.535 benefícios (Carteira de Identificação do Passageiro Especial - CIPES). O processo de emissão da Carteira que é de uso exclusivo nas linhas de ônibus metropolitanas sob a gestão da EMTU/SP, é feito em parceria com as Unidades Básicas de Saúde - UBS - cadastradas na EMTU/SP. Atualmente nas cinco Regiões Metropolitanas do Estado temos 1.300 unidades de saúdes parceiras no atendimento as pessoas com deficiência que buscam a isenção tarifária junto a EMTU/SP.

Carteira de Identificação do Passageiro Especial - CIPES

Usuários Cadastrados	Benefícios válidos	Carteiras emitidas em 2024
552.388	83.314	52.535

Desde a sua inauguração, mais de 550 mil pessoas já foram beneficiadas, refletindo o compromisso da EMTU/SP com a inclusão, acessibilidade e respeito aos direitos de todos.

Desde 2016 em parceria a Associação Amigos Metroviários dos Excepcionais - AME, os Centros de Atendimento ao Passageiro Especial dispõem de tradução em libras através da Plataforma ICOM, ferramenta de tradução simultânea de LIBRAS, realizada por uma videochamada, de maneira simples e direta, conectando a pessoa surda ao ouvinte promovendo um atendimento inclusivo. Em 2023 o Governador Tarcísio de Freitas iniciou a im-

plantação da plataforma ICOM nos órgãos públicos do Estado de São Paulo. Em 2024, o Departamento de Atendimento ao Passageiro Especial (DPE) manteve o programa de Treinamento Continuado aplicado aos profissionais de todas as Unidades Básicas de Saúde cadastradas, por meio de palestras e treinamentos com esclarecimentos de dúvidas dos profissionais de saúde responsáveis pelo primeiro atendimento às Pessoas com Deficiência - PCD.

• WEBCapes

WEBCapes - trata-se de uma plataforma desenvolvida pelos técnicos da EMTU/SP, em ambiente web, visando o atendimento *on line* dos usuários, com a inserção de documentos diretamente para o sistema de concessão de benefícios de isenção tarifária para pessoas deficientes, melhorando o atendimento à população e com mais agilidade nos processos. Operação iniciada nas Regiões Metropolitanas de Sorocaba e Campinas em 2023, hoje também está implantada na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, na Região Metropolitana da Baixada Santista e na Região Metropolitana de São Paulo, totalizando a atuação nos 134 Municípios.

• Reatech 2024

Entre 20 e 23 de novembro de 2024, foi realizado no Expo Brasil Paralímpico, a REATECH 2024 - Feira Internacional de Inclusão, Acessibilidade e Reabilitação. A EMTU/SP integrou o evento, através do DPE, divulgando o Programa de Isenção Tarifária as PCDs.

• Virada Inclusiva 2024

A Virada Inclusiva 2024 aconteceu entre os dias 02 e 08 de dezembro/24, promovida pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SEDPcD), a EMTU/SP através do DPE teve participação ativa com o evento Inclusão e Arte Urbana.

A ação contou com a criação de um mural de grafite, no Centro de Atendimento ao Passageiro Especial (Capes), no Jabaquara, idealizado pelo artista surdo ODRUS (@odrusone), que encantou a todos com seu talento e sensibilidade. Além do grafite, o evento promoveu oficinas de artes visuais inclusivas, abertas a surdos e ouvintes, reforçando o compromisso da EMTU/SP com a inclusão e a acessibilidade.

2.3. PASSAGEIRO ESCOLAR

O Passe Escolar Metropolitano é um benefício oferecido pela EMTU/SP a estudantes e professores nas cinco regiões metropolitanas do estado de São Paulo: Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), São Paulo (RMSP), Sorocaba (RMS) e Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Ele é destinado àqueles que residem em um município diferente do da instituição de ensino. Existem duas modalidades de benefício: Meia Tarifa e Passe Livre; destinam-se a trajetos intermunicipais, compreendendo o deslocamento residência-escola e vice-versa.

• Benefícios do Passe Escolar

Meia Tarifa - desconto de 50% (cinquenta por cento) no pagamento da tarifa autorizada das linhas intermunicipais da EMTU/SP a estudantes e professores, desde que atendam aos requisitos para obtenção do benefício.

• Número de viagens realizadas por estudantes e professores, beneficiários do Meia Tarifa, no Sistema EMTU/SP em cada região metropolitana.

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	24.808.263	1.753.979	859.601	462.179	-	27.884.022
2016	13.419.133	1.146.358	526.420	177.752	235.465	15.505.128
2017	9.358.266	900.033	478.736	247.922	307.475	11.292.432
2018	8.988.351	970.175	477.247	447.053	349.824	11.232.650
2019	8.371.494	1.053.126	456.388	565.330	324.936	10.771.274
2020 (a)	1.392.047	155.347	49.173	58.450	43.080	1.698.097
2021 (a)	1.685.829	219.570	79.939	87.102	64.767	2.137.207
2022	5.659.189	718.866	264.393	227.395	265.143	7.134.986
2023	7.298.669	775.094	274.650	246.906	278.799	8.874.118
2024	6.098.859	818.305	263.916	253.179	267.802	7.702.061
Período	87.080.100	8.510.853	3.730.463	2.773.268	2.137.291	104.231.975

(a) Números impactados pela pandemia do coronavírus.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

• Representatividade das viagens realizadas por estudantes e professores com benefício ativo no Meia Tarifa em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	4,5%	2,7%	1,8%	1,9%	-	4,0%
2016	2,6%	1,8%	1,1%	0,8%	2,8%	2,3%
2017	1,9%	1,4%	1,1%	1,1%	2,0%	1,7%
2018	1,8%	1,5%	1,2%	2,0%	2,4%	1,7%
2019	1,7%	1,6%	1,2%	2,6%	2,4%	1,7%
2020	0,5%	0,4%	0,2%	0,6%	0,8%	0,4%
2021 (a)	0,5%	0,5%	0,3%	0,8%	1,0%	0,5%
2022 (a)	1,4%	1,3%	0,8%	1,6%	2,9%	1,4%
2023	1,7%	1,3%	0,9%	1,7%	2,8%	1,6%
2024	1,5%	1,4%	0,9%	1,7%	2,7%	1,5%
Período	2,0%	1,4%	1,0%	1,6%	2,3%	1,8%

• Número de viagens realizadas por estudantes, beneficiários do Passe Livre, no Sistema EMTU/SP

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	3.243.280	523.079	112.061	50.765	-	3.929.185
2016	12.950.680	1.171.510	466.295	124.010	339.346	15.051.841
2017	14.006.864	1.552.105	613.522	101.046	524.495	16.798.032
2018	13.692.506	2.018.394	660.798	314.289	669.937	17.355.924
2019	11.710.615	2.507.639	915.593	430.498	753.421	16.317.766
2020 (a)	835.390	291.128	69.280	33.831	59.497	1.289.126
2021 (a)	1.177.543	346.939	83.103	30.969	94.841	1.733.395
2022	3.851.231	1.290.874	352.808	247.953	408.900	6.151.766
2023	3.936.958	1.070.428	346.841	287.677	367.916	6.009.820
2024	4.080.425	1.018.007	324.115	320.863	378.076	6.121.486
Período	69.485.492	11.790.103	3.944.416	1.941.901	3.596.429	90.758.341

(a) Números impactados pela pandemia do coronavírus.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

• Representatividade das viagens realizadas por estudantes do Passe Livre em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP

REGIÃO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (B)	TOTAL
2015	0,6%	0,8%	0,2%	0,2%	-	0,6%
2016	2,5%	1,8%	1,0%	0,5%	4,0%	2,3%
2017	2,8%	2,4%	1,4%	0,4%	3,5%	2,6%
2018	2,7%	3,1%	1,6%	1,4%	4,5%	2,7%
2019	2,3%	3,7%	2,4%	2,0%	5,5%	2,5%
2020	0,3%	0,7%	0,3%	0,3%	1,1%	0,3%
2021 (a)	0,4%	0,8%	0,3%	0,3%	1,5%	0,4%
2022 (a)	1,0%	2,3%	1,1%	1,7%	4,5%	1,2%
2023	0,9%	1,8%	1,1%	2,0%	3,8%	1,1%
2024	1,0%	1,7%	1,0%	2,2%	3,8%	1,2%
Período	1,6%	2,0%	1,1%	1,1%	3,9%	1,6%

• Proporção de viagens realizadas por beneficiários do Passe Escolar no Sistema EMTU/SP

ANO</

- Número de instituições de ensino com cadastro ativo na EMTU/SP**
- Escolas** - Em 2024, 2.775 escolas estavam com cadastro ativo na EMTU/SP, das quais 1.911 instituições (68,9%) estavam localizadas na RMSP. As instituições de ensino da RMSP representaram 11,2% do total cadastrado na EMTU/SP.

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS	TOTAL
2024	1.911	312	156	225	171	2.775
	68,9%	11,2%	5,6%	8,1%	6,2%	100,0%

O benefício do Passe Escolar é oferecido às escolas das 134 cidades integrantes das regiões metropolitanas do estado. Instituições de ensino localizadas fora dos municípios das cinco regiões metropolitanas não podem estar cadastradas na EMTU/SP, ainda que seus estudantes e professores tenham seu domicílio localizado em uma região metropolitana do estado de São Paulo.

2.4. PASSAGEIRO IDOSO

Idosos a partir dos 60 anos de idade podem embarcar gratuitamente nos ônibus do Sistema de Transporte Público Coletivo gerenciado pela EMTU/SP nas cinco regiões metropolitanas do estado de São Paulo: Baixada Santista (RMBS), Campinas (RMC), São Paulo (RMSP), Sorocaba (RMS) e Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN). Eles formam dois grupos denominados "a partir dos 65 anos de idade (Sênior Federativo)" e "de 60 a 64 anos de idade (Sênior Paulista)".

Juntos, os dois grupos realizaram 420,1 milhões de viagens no período 2015-2024, cuja proporção é de 52,6% para o Sênior Federativo e 47,4% para o Sênior Paulista. Eles representam 7,4% do total de passageiros transportados no Sistema EMTU/SP.

Em 2023, a proporção do Sênior Federativo era de 66,8%, enquanto o Sênior Paulista representava 33,2% do total de idosos. Já em 2024, a proporção entre os dois grupos se alterou levemente: os que têm a partir de 65 anos de idade foram reduzidos para 61,6% do grupo de idosos, enquanto os de 60 a 64 anos de idade aumentaram para 38,9%. A proporção menor de idosos no Sênior Paulista, em 2023, deve-se ao restabelecimento do benefício apenas no início de fevereiro, cujo recadastramento se deu ao longo dos meses, quando os idosos foram tornando conhecimento do retorno do benefício. Em 2024, ambos os grupos de idosos realizaram 66,4 milhões de viagens no Sistema EMTU/SP. No período 2015-2024, o Governo do

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Estado de São Paulo isentou do pagamento da tarifa 420,1 milhões de viagens realizadas pelos idosos.

- Proporção de viagens realizadas por idosos no Sistema EMTU/SP**

ANO	A partir dos 65 anos (Sênior Federativo)	De 60 a 64 anos (Sênior Paulista)
2015	54,3%	45,7%
2016	38,9%	61,1%
2017	32,7%	67,3%
2018	34,5%	65,5%
2019	36,5%	63,5%
2020	39,1%	60,9%
2021	90,2%	9,8% (a)
2022	100,0%	(b)
2023	66,8%	33,2% (c)
2024	61,1%	38,9%
Período	52,6%	47,4%

(a) Até janeiro; benefício descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

(b) Benefício inexistente.

(c) A partir de fevereiro; benefício restabelecido pela Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022 e regulamentado pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023 e STM 3 de 30/01/2023.

GRATUIDADE A PARTIR DOS 65 ANOS DE IDADE

Sênior Federativo - O acesso gratuito ao transporte público é garantido pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal 10.741 de 1º/10/2003) aos maiores de 65 anos de idade. Nessa faixa etária, o idoso pode apresentar qualquer documento pessoal que faça prova da sua idade e desembarcar pela porta dianteira do ônibus ou mesmo ter a catraca liberada pelo motorista por meio da bota-oreira do validador. Caso o idoso tenha o cartão de transporte (TOP) na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões próprios das operadoras permissionárias na RMVPLN e RMS), poderá aproximar o validador do ônibus, passar a catraca e realizar o desembarque pela porta traseira do veículo; com a utilização do cartão de transporte, a oferta de assentos ao idoso é maior, o que lhe garante maior comodidade em sua viagem.

- Número de viagens realizadas por idosos a partir dos 65 anos de idade no Sistema EMTU/SP**

ANO	RMSP	RMBS	RMC (a)	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	5.069.061	12.134.456	-	702.650	-	17.906.167
2016	10.434.543	5.980.476	1.321	561.044	163.958	17.141.342
2017	15.407.507	722.340	106	432.839	330.230	16.893.022
2018	18.446.678	2.049.221	5	500.233	467.832	21.463.969
2019	20.942.458	2.928.024	541.856	558.250	518.079	25.488.667
2020	11.733.914	1.899.109	1.093.876	302.079	223.289	15.252.267
2021	13.070.944	2.156.237	1.270.102	346.654	223.746	17.067.683
2022	17.746.734	2.731.027	1.666.983	1.102.737	287.177	23.534.658
2023	30.700.201	2.951.116	2.208.003	1.315.607	326.078	37.501.005
2024	29.419.802	2.828.493	2.556.563	1.566.674	379.264	36.750.796
Período	172.971.842	36.380.499	9.338.815	7.388.767	2.919.653	228.999.576

(a) Sem controle e registro organizado da gratuidade. Foram sistematizados a partir de 2019, mas ainda não alcançam os que desembarcam pela porta dianteira sem passar pela catraca.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

- Representatividade das viagens realizadas por idosos a partir de 65 anos de idade em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP**

ANO	RMSP	RMBS	RMC (a)	RMVPLN	RMS (b)	TOTAL
2015	0,9%	18,5%	-	2,9%	-	2,6%
2016	2,0%	9,4%	-	2,4%	1,9%	2,6%
2017	3,1%	1,1%	-	1,9%	2,2%	2,6%
2018	3,6%	3,1%	-	2,3%	3,2%	3,3%
2019	4,1%	4,3%	1,4%	2,6%	3,8%	3,9%
2020	3,9%	4,5%	4,7%	2,9%	4,0%	4,0%
2021	4,1%	4,8%	5,1%	3,2%	3,6%	4,2%
2022	4,4%	4,8%	5,4%	7,8%	3,1%	4,6%
2023	7,3%	4,9%	6,9%	9,0%	3,3%	7,0%
2024	7,2%	4,8%	8,2%	10,8%	3,8%	7,0%
Período	3,9%	6,2%	2,6%	4,1%	3,1%	4,0%

(a) Sem controle e registro organizado da gratuidade. Foram sistematizados a partir de 2019, mas ainda não alcançam os que desembarcam pela porta dianteira sem passar pela catraca.

(b) Informações operacionais disponíveis a partir de junho de 2016.

GRATUIDADE PARA PESSOAS COM 60 A 64 ANOS

Sênior Paulista - O acesso ao transporte metropolitano também é gratuito aos idosos de 60 a 64 anos de idade (Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022) nas linhas do serviço comum, por meio do uso de cartão de transporte (TOP) na RMSP; BR Card na RMBS, BUS+ na RMC e cartões próprios das operadoras permissionárias na RMVPLN e RMS); nessa faixa etária, a apresentação do documento não é válida; caso não possua cartão, o idoso deverá pagar a tarifa da linha normalmente.

O benefício Sênior Paulista, teve sua implementação autorizada em 2013 (Lei 15.187 de 29/10/2013 e Decreto 60.595 de 02/09/2014), perdurou por seis anos, mas foi descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020). Porém, em 2023, a gratuidade foi restabelecida pela Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022 e regulamentada pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023 e Resolução STM 3 de 30/01/2023. Esse benefício permanece disponível nas cinco regiões metropolitanas do estado de São Paulo.

A legislação estabelece que os idosos de 60 a 64 anos de idade interessados no benefício do Sênior Paulista devem ser previamente cadastrados pelas operadoras. Para usufruirem dos benefícios, os idosos devem portar um cartão de transporte (smartcard), utilizados nos validadores dos ônibus,

- Número de viagens realizadas por idosos de 60 a 64 anos de idade no Sistema EMTU/SP**

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (d)	TOTAL
2015	5.817.704	2.192.029	428.523	182.675	-	8.620.931
2016	14.519.426	3.358.377	988.719	329.243	211.454	19.407.219
2017	22.451.070	4.690.474	1.148.540	397.852	527.514	29.215.450
2018	25.780.856	5.407.856	1.324.778	871.966	526.638	33.912.094
2019	29.457.505	5.779.398	1.330.656	1.186.698	560.995	38.315.252
2020	16.651.601	3.210.802	1.070.202	527.920	271.187	21.731.712
2021 (a)	1.259.745	255.314	84.791	39.337	19.379	1.658.566
2022 (b)	-	-	-	-	-	-
2023 (c)	3.673.120	3.050.948	1.111.786	439.357	291.233	8.566.444
2024	22.445.647	4.195.975	1.851.947	679.085	522.944	29.695.598
Período	142.056.674	32.141.173	9.339.942	4.654.133	2.931.344	191.123.266

(a) Até janeiro; benefício descontinuado em 1º/02/2021 (Decretos Estaduais 65.414 de 22/12/2020 e 65.455 de 30/12/2020).

(b) Benefício inexistente.

(c) A partir de fevereiro; benefício restabelecido pela Resolução STM 03 de 30/01/2023 (Lei Estadual 17.611 de 15/12/2022, regulamentada pelo Decreto 67.455 de 20/01/2023).

(d) Informações disponíveis a partir de junho de 2016.

- Representatividade das viagens realizadas por idosos de 60 a 64 anos de idade em relação ao total de viagens realizadas por todos os passageiros transportados no Sistema EMTU/SP**

ANO	RMSP	RMBS	RMC	RMVPLN	RMS (d)	TOTAL

<tbl_r cells="7" ix="1" maxcspan

Item	Descrição	Quan-tidade	Participação em % no total de atendimento
Informações	Passe Escolar	22.832	31,0
	Serviços das linhas intermunicipais	10.762	14,6
	Carteira Pass. Especial	5.060	6,9
	Itinerário	5.004	6,8
	Outras*	15.297	20,7
	Subtotal - Informações	58.955	79,9
Demandas	Sugestões	1.383	1,9
	Elogios	198	0,27
	Reclamações	13.198	17,9
	Denúncias	19	0,03
Subtotal - Demandas		14.798	20,1
TOTAL		73.753	100

(*) Telefone, endereço, greve, horário, integração, isenção tarifária, passe desempregado, passe idoso, Ligado e vale transporte.

2.7. MEIO AMBIENTE

• Acompanhamento da Gestão Ambiental do Sistema de Transporte Público Metropolitano

O contrato de concessão com a NEXT Mobilidade prevê a remessa, da concessionária à EMTU/SP, de uma série de informações de caráter ambiental que são analisadas para definição do desempenho ambiental de suas garagens, conforme metodologia desenvolvida no Programa STAQ.

- Transporte Sustentável e Qualidade do Ar, no âmbito de um convênio de cooperação técnica que houve entre a EMTU/SP e a ANTP.

Com foco na melhoria dos processos internos referentes à avaliação das garagens, foi desenvolvido pela EMTU/SP um sistema informatizado que é utilizado pela NEXT Mobilidade para o envio dos dados, possibilitando maior agilidade na coleta das informações e aumentando a confiabilidade da avaliação de seu desempenho ambiental.

As análises tiveram início com base nos dados do terceiro quadrimestre de 2021 e, desde então, relatórios do caráter colaborativo têm sido elaborados e enviados à empresa concessionária no sentido de identificar melhores práticas que possam propiciar a otimização de seu desempenho ambiental, buscando melhoria da eficiência energética, economia na utilização de recursos naturais e a redução das emissões de poluentes.

• Programa Conscientizar

O programa "Conscientizar" avalia, por meio do equipamento Opacímetro, a fumaça liberada pelo escapamento dos ônibus metropolitanos e, tem por objetivo conscientizar as empresas operadoras do Sistema Metropolitano de Transportes sobre pneus (Regular e Fretamento) sobre a importância de se manter motores dos veículos regulados, a manutenção adequada e o uso de combustível e boa procedência, diminuindo assim a emissão de material particulado na atmosfera e contribuindo com o meio ambiente. A EMTU/SP foi inscrita no Programa para Melhoria da Manutenção de Veículos Diesel - PMMV da Cia. Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB em 2022, ficando autorizada a emitir Relatórios de Medição de Opacidade - RMO, documento que comprova a conformidade dos veículos em programas de gestão de frotas e podem ser utilizados, também, para obtenção na redução de valores de multas junto à CETESB.

Em 2024, foram realizadas 12.902 medições de opacidade - 11,7% (1.352) a mais em relação a 2023, com uma aprovação de 65%.

Região Metropolitana	Inspeções	Índice de Aprovação
RMS	7.116	52%
RMBS	1.160	97%
RMC	2.823	86%
RMVPLN	812	64%
RMS	991	65%
TOTAL	12.902	65%

Fonte: Gerências Regionais

2.8. AÇÕES ADMINISTRATIVAS

• Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI)

Em 2024, a Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno - ACI, como parte do acompanhamento da Matriz de Riscos Corporativos (MRC) da EMTU/SP, realizou entrevistas em toda a empresa a fim de levar a não apenas a ocorrência de algum risco, mas também em prestar suporte aos gestores de maneira contínua e coerente, alinhado à aplicabilidade das ações indicadas no PAC e do PAP previstos. Paralelamente, a área procedeu à revisão da MRC, considerando-se os cenários atuais, resultando numa matriz mais concisa, identificando 7 principais riscos, cujo acompanhamento será realizado de 2025, garantindo um processo de gestão eficaz.

• Adequação à LGPD

Em 2024 foi dado continuidade ao piloto do modelo para elaboração do Inventário de Dados Pessoais e Técnicos e demais materiais de análise e tabulação, junto à área da AES (Ligado), visando aplicar soluções propostas para minimizar os riscos em relação à LGPD. O piloto consistiu na aplicação das seguintes ações que contaram com parcerias com algumas gerências:

1. Elaboração do plano de conscientização/capacitação interna sobre a LGPD (AES e GRH) - Concluída;
2. Política de mesa limpa (AES e GRH) - Concluída;
3. Elaboração de plano de comunicação sobre a LGPD, como foco na sensibilização do público interno (AES e GMI) - Concluída;
4. Adequação contrato Operador Ligado (AES, GAJ e GCS) - Concluída;
5. Adequação contrato AME (AES, GAJ e GCS) - Concluída.

• Recursos Humanos

Educação no Trabalho - A EMTU/SP, em parceria com o Centro de Integração Empresa-Escola - CIEE, iniciou em março de 2024 as inscrições e prova on-line para preenchimento de 26 vagas de estágio em seis municípios do estado de São Paulo. Em dezembro de 2024, constavam no quadro da empresa 24 estagiários de nível superior.

Aprendiz - em atendimento ao Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, por intermédio da RASC, no fim do ano de 2024, a empresa contava com quinze Aprendizes atuando em suas unidades.

Treinamento - Em 2024, a EMTU/SP proporcionou aos colaboradores 8.015 horas de treinamento, um crescimento de 2,5% em relação a 2023.

O investimento total no aprimoramento dos profissionais da EMTU/SP foi de R\$ 128.846,80, representando uma média per capita de R\$ 115,97. Os treinamentos tiveram enfoque tanto na modalidades EAD quanto presencial, destacando-se o significativo número de colaboradores que realizaram os cursos oferecidos por entidades privadas, para os temas: Manutenção e Diagnóstico de Sistemas de Freios Pneumáticos de Veículos Pesados Rodoviários, Compliance, Gestão de Riscos Corporativos, Inteligência Artificial for Business, Treinamento Liderança Transformadora, além da variedade de cursos para as áreas de Infraestrutura e Tecnologia da Informação e Desenvolvimento de Sistemas. Também foram realizados os treinamentos desenvolvidos internamente no formato EAD sobre os temas Programa de Integridade, Código de Conduta e Integridade, que abrange toda a empresa, ambos na versão 2024.

3. CORREDORES METROPOLITANOS E VLT (em operação)

3.1. CORREDOR SÃO MATEUS-JABAQUARA (Corredor ABD) (33 km) e Extensão Diadema-Brooklin (12 km)

O Corredor ABD em operação desde 1988, liga o bairro de São Mateus, zona leste da capital paulista, ao Jabaquara, na zona sul, passando por quatro municípios do ABC Paulista: Mauá, Santo André, São Bernardo do Campo e Diadema. São 33 km de extensão, totalmente exclusivos para ônibus com rede aérea para os trólebus, 9 terminais de integração. Posteriormente o corredor recebeu uma extensão de mais 12 km que, a partir do Terminal Diadema, segue para a região da Av. Berrini em São Paulo. A utilização dessa extensão, que não é eletrificada, é compartilhada com os ônibus da SPTTrans. No município de São Paulo atende a Estação Brooklin da Linha 5-Lilás do Metrô e Estações Berrini e Morumbi da CPTM, com integração tarifária e mais 5 estações de transferência. Em 2024, as 11 linhas metropolitanas desse corredor metropolitano de 45 km de extensão total, atenderam em média 5,74 milhões de passageiros por mês, ou quase 240 mil pessoas dia/último.

Desde maio de 1997, a operação de todo sistema está a cargo do Consó-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

cio ABC Sistema de Transporte SPE S.A. (Next Mobilidade) sob regime de concessão.

Serviços - O Corredor ABD conta ainda com serviços de "Achados e Perdidos", "Farmácia Dose Certa", e bicicletários nos Terminais Jabaquara, São Bernardo do Campo e Santo André Oeste.

Melhorias - Dentro das premissas de melhorar a conectividade da rede de transporte e das condições básicas de integração, conforto, segurança e acessibilidade ao transporte, a EMTU/SP acompanha as obras de melhoria realizadas pela NEXT Mobilidade.

Em 2024 foi realizada a substituição de pavimento flexível por pavimento rígido no Corredor ABD em Santo André totalizando uma área de 6.617,50 m², com a implantação de 529 placas de concreto; Reforma de pavimento rígido no Corredor totalizando a área 8.839 m², com a troca de 529 placas de concreto; Reforma do Terminal Jabaquara com a implantação de acessibilidade nas calçadas, e manutenção de pintura e calçadas e serviços de hidráulica e elétrica nos terminais Diadema, Santo André, Ferrazópolis e Piraporinha.

3.2. CORREDOR GUARULHOS - SP (TUCURUVI) (12,3 km)

O Corredor Guarulhos-São Paulo (Tucuruvi), região norte da capital paulista) foi concebido para reestruturar o transporte metropolitano na porção norte da RMSp. Atualmente está em operação o trecho de 15,6 km, dos quais cerca de 12 km são de faixa exclusiva para ônibus. Conta com 3 terminais de ônibus (Taboão, Cecap e Vila Galvão) e 19 estações de parada. Com integração tarifária, os passageiros contam também como uma linha metropolitana que percorre toda a sua extensão até estações do Metrô e da CPTM.

• Trecho Vila Galvão-Estação Tucuruvi do Metrô (4,5 km)

O Projeto Executivo para esse trecho passará por revisão para adequação ao Plano de Mobilidade de São Paulo, com a inclusão de ciclovias ao longo do traçado. Deverá ser solicitada a continuidade do licenciamento ambiental desse trecho com a obtenção de nova LP - Licença Ambiental Prévia e LI - Licença Ambiental de Instalação. Previsão de contratação dos estudos de viabilidade e projeto funcional para o 2º semestre de 2025.

3.3. CORREDOR ITAPEVI - SP (22,7 km)

O traçado de 22,7 km do Corredor Metropolitano Itapevi-SP, começa na Estação de Transferência de Itapevi, junto à estação da Linha 8 da CPTM, passando por Jandira, Barueri, Carapicuíba, terminando na divisa entre Osasco e São Paulo no Terminal Amador Aguiar (Vila Yara). O projeto foi dividido nos seguintes trechos:

• Trecho Itapevi - Jandira (5 km)

Este primeiro trecho do corredor entregue em março de 2018, com 5 km de extensão e viário compartilhado, promovendo maior mobilidade aos usuários das linhas intermunicipais e uma alternativa para evitar os congestionamentos na região oeste da RMSp. Nessa ligação também foi construída uma passarela e ampliada outra. Essas estruturas, junto com o viaduto Ameríndia, entregues em 2017, eliminaram uma passagem em nível da Linha 8 - Diamante da CPTM, proporcionando mais segurança aos passageiros. Esse trecho do corredor possui 7 (sete) paradas entre as Estações de Transferência Itapevi e Jandira.

• Trecho Jandira - Terminal Carapicuíba (8,8 km)

As obras do sistema viário desse trecho foram concluídas em setembro de 2020 com 8 estações de embarque e desembarque denominadas: Secretaria Municipal de Saúde, Exército Brasileiro, Jardim Belval, Arsenal de Guerra, Antônio João, Vítorio Fornazaro, Sta. Terezinha e Presid. Vargas. Neste trecho também foi construído e entregue em 15 de junho de 2021 o Terminal Metropolitano de Carapicuíba, que faz integração com a estação Carapicuíba da CPTM e o sistema municipal, em 6 plataformas cobertas.

• Trecho Terminal Carapicuíba - Osasco Km 21 (2,2 km)

Nesse trecho, o Terminal Metropolitano Luiz Bortolosso (Km 21 Osasco) está em plena operação, atendendo a 250 mil passageiros por dia. As obras remanescentes deste trecho viário, e a construção do viaduto Carapicuíba para transposição da Linha 8 da CPTM, iniciadas em 2022, foram concluídas e entregues à população no dia 19/10/2024 pelo governador, iniciando a operação dois dias depois. Além de melhorar a fluidez e segurança do transporte local, o conjunto dos viadutos contribui para desafogar o trânsito do centro de Carapicuíba, onde estão localizados os terminais metropolitanos, municipal e a Estação da Linha 8-Diamante. Essa obra proporcionou à população uma nova opção de deslocamento entre Carapicuíba e os bairros Alphaville e Tamboré, em Barueri, sem a necessidade de passar pela região central.

• Trecho Osasco km 21 - Terminal Vila Yara (divisa Osasco-SP) (6,7 km)

O primeiro contrato para obras nesse quarto trecho contemplou a reforma e ampliação do Terminal Amador Aguiar (Vila Yara) e as obras foram iniciadas em março de 2018 e entregues em fevereiro de 2021. O projeto executivo do trecho, concluído em 2013, passou por atualizações de inserção de algumas estações de embarque, em consonância ao pleito da Prefeitura Municipal de Osasco. O Termo de Referência para a contratação das obras passou por atualização de orçamento em nov/2024. Os trâmites para contratação estão em andamento, aguardando autorização para publicação do edital. Este trecho de corredor já possui Licença Ambiental Prévia e o DUP foi publicado em 23 de dezembro de 2024.

3.4. CORREDOR VEREADOR BILÉO SOARES (NOROESTE) (31,7 km)

Atualmente, o corredor possui extensão total de 31,7 km de viário, ligando os municípios de Campinas, Hortolândia, Sumaré, Nova Odessa, Americana e Santa Bárbara D'Oeste. Desse total, 23,0 km são de faixa exclusiva para ônibus.

Sua implantação teve início no Trecho Campinas-Hortolândia-Sumaré, e conta hoje com 9,4 km de faixa exclusiva. Em Campinas são 3,8 km de faixa exclusiva na Av. Lix da Cunha, o Terminal Metropolitano Magalhães Teixeira, a Estação de Transferência Anhanguera e mais 2 paradas com elevador, Paradas Alberto Sarmento e Balão do Tavares. Em Hortolândia, além dos 5,6 km de faixa exclusiva e 10 paradas, há o Terminal Hortolândia e a Estação de Transferência Pinheiros. A última parte desse trecho de 4,3km foi entregue em 2021 e inclui 0,6km da ponte estaiada construída pelo município, e 2 alças de acesso à SP-101 sobre a ferrovia. Em Sumaré a população conta com a Estação de Transferência Km 101 - Maria Antônia, próximo à rodovia Anhanguera, portanto fora do eixo do corredor, porém importante para organizar as linhas da região.

Outro trecho do corredor vai de Nova Odessa a Santa Bárbara D'Oeste, passando por Americana com 24,3km. Concluído em dezembro de 2018, esse trecho inclui a implantação de 13,6 km de faixas exclusivas e adequações e melhoramentos em 10,7 km no viário, além de equipamentos de transporte e "obras de arte" (pontes, viadutos, galerias, passarelas entre outros). Em Nova Odessa são 5,7km de faixa exclusiva e a Estação de Transferência Nova Odessa. Em Americana há 1,7 km de faixa exclusiva e o Terminal Metropolitano de Americana. Em Santa Bárbara D'Oeste, foram entregues o Rodoterminal Santa Bárbara D'Oeste, as Estações de Transferência São Paulo e Amizade e 6,2km de faixa exclusiva. Ao longo desse traçado, foi implantada ciclovias, realizados serviços de infraestrutura hidráulica, drenagem e sinalização viária, adequação do sistema viário nas avenidas Pérola Byington, Floriano Peixoto e Tiradentes, implantação de oito Estações de Embarque e Desembarque uma Ponte sobre o Ribeirão dos Toledos, duas travessias em galerias nos Córregos Mollon e Giovannetti e o Complexo Viário do Viaduto Jean Nicolini, em Nova Odessa.

3.5. VLT - SIM DA BAIXADA SANTISTA

O SIM - Sistema Integrado Metropolitano da Baixada Santista é uma rede de transporte metropolitano estruturada, por meio de uma linha principal (troncal), de média capacidade de transporte, operada por Veículo Leve sobre Trilhos - VLT denominada 'Complexo Geraldo Volpe' e de linhas metropolitanas de ônibus que atendem aos nove municípios da RMBS.

• Trecho 1 Barreiros (São Vicente) - Porto (Santos) (11,5 km)

O primeiro trecho do VLT da Baixada Santista, que liga o Terminal Barreiros, em São Vicente, ao Porto, em Santos, foi entregue no dia 31/01/2017. A operação parcial começou em abril de 2015.

Com 15 estações construídas ao longo de 11,5 km de via permanente, atende diariamente cerca de 28,6 mil passageiros.

O trecho conta com um Pátio de Estacionamento e Manobras para apoio à circulação dos VLT's, localizado junto à Estação Terminal Barreiros, capaz de abrigar 6 veículos. Essa estação possui ainda um bicicletário para 100 unidades e um edifício de apoio para o uso dos condutores de 164 m² de área, com sala administrativa e banheiros.

O Pátio de Manutenção e Estacionamento, localizado na região do Porto de Santos, tem capacidade para 33 VLT's e conta com oficina, almoxarifado,

do, subestação de energia própria, equipamento de lavagem dos veículos e de retificação de rodas. Essa área abriga ainda o Centro de Controle

2,5 milhões de saldo inicial totalizam R\$ 479,9 milhões de dotação total para o exercício, que serão destinados a dar continuidade ao Programa 3706 - Expansão, Modernização e Gestão do Transporte de Baixa e Média Capacidade - PITU EM MARCHA, sob responsabilidade da EMTU/SP, conforme previsto no Plano Plurianual PPA 2024-2027 do Governo do Estado de São Paulo. Recursos de Fonte 7 serão utilizados exclusivamente para

financiamento das obras do Corredor Itapevi-SP, e SIM da Baixada (VLT) - término do Trecho 2 - Cons. Nébias - Valongo.

5. AVALIAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, com fundamento no artigo 5º, inciso IV, item b, do Decreto 64.219, de 06 de maio de 2019, e no artigo 11, §1º, item 1, do Decreto nº 62.349, de 26 de dezembro de

2016, em sua Deliberação CODEC Nº 04 de 29 de novembro de 2019, estabeleceu as diretrizes para avaliação dos administradores das empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo. Visando atender ao estabelecido no Artigo 12 dessa Deliberação CODEC Nº 4 este relatório apresenta no anexo a seguir a descrição dos procedimentos e da metodologia utilizada na avaliação dos administradores.

BALANÇO PATRIMONIAL (Expresso em R\$ mil)

ATIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023	PASSIVO	Nota	31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e Bancos	3	1.985	2.037	Fornecedores	9	42.822	38.595
Aplicações Financeiras	3	75.214	69.004	Obrigações Fiscais e Trabalhistas	10	8.400	9.751
Contas a Receber	4	46.750	45.544	Provisão para Férias e Encargos		9.622	9.815
Créditos Fiscais a Recuperar		1.624	1.304	Passivo Contingente (Cível)	12	53	9.921
Estoques		785	827	Contas a Pagar		4.051	4.502
Créditos Diversos		686	942	Recebimentos Antecipados (VTs/Bilhetes)	11	6.595	4.346
Despesas Pagas Antecipadamente	5	66	61	Total do Circulante		71.543	76.930
Total do Circulante		127.110	119.719	NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				Fornecedores	9	336	336
Depósitos Judiciais	6	3.057	1.897	Depósitos Judiciais		-	2.517
Total do Realizável a Longo Prazo		3.057	1.897	Passivo Contingente (Cível e Trabalhista)	12	84.472	78.152
PERMANENTE				Retenções Contratuais		112	168
Imobilizado	7	1.666.412	1.500.707	Projeto PNUD - Ônibus a Célula de Hidrogênio		13.711	13.711
Intangível	8	958.671	845.538	Total do não Circulante		98.631	94.884
Total do Permanente		2.625.083	2.346.245	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Total do não Circulante		2.628.140	2.348.142	Capital Autorizado		3.372.735	3.099.749
TOTAL DO ATIVO		2.755.250	2.467.861	Capital a Subscrever		(527.713)	(533.198)
As notas explicativas são parte integrante deste balanço.				Capital Integralizado		2.845.022	2.566.551
				Capital Atualizado		2.845.022	2.566.551
				Reserva de Incentivos Fiscais		64	64
				Prejuízos Acumulados		(450.048)	(425.079)
				Ajustes Patrimoniais		(176.811)	(176.811)
				Adiantamento para Aumento de Capital		366.849	331.322
				Total do Patrimônio Líquido		2.585.076	2.296.047
				TOTAL DO PASSIVO		2.755.250	2.467.861

As notas explicativas são parte integrante deste balanço.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Expresso em R\$ mil)

Descrição	Capital Atualizado		Reserva de Incentivos Fiscais	Adiantamentos para Aumento de Capital		Lucros/ (Prejuízos) Ajuste (Prejuízos) Acumulados	
	Capital	Autorizado		A Integralizar	Total	Fiscais	Ajuste
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	2.806.418	(397.525)	2.408.893	64	308.268	(176.811)	(431.706)
Aumento do Capital Autorizado	293.331	(293.331)	-	-	(157.658)	-	(157.658)
Integralização de Capital	-	-	157.658	157.658	-	-	157.658
Capital Integralizado	-	-	-	-	180.712	-	180.712
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	-	6.627	6.627
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	313.998	(24.969)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023	3.099.749	(533.198)	2.566.551	64	331.322	(176.811)	(425.079)
Aumento do Capital Autorizado	272.986	(272.986)	-	-	(278.471)	-	-
Integralização de Capital	-	-	278.471	278.471	-	-	-
Adiantamento para Aumento de Capital	-	-	-	-	313.998	-	313.998
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	(24.969)	(24.969)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024	3.372.735	(527.713)	2.845.022	64	366.849	(176.811)	(450.048)
As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.							

As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS

FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023	FINOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023		DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS		DEMONSTRATIVO DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS	
	Nota	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	% 31.12.2023	%
Receita Operacional Líquida	17	154.264	149.304	167.358	173.531	
Custo dos Serviços Prestados	20	(82.754)	(79.128)	168.949	164.579	
Resultado Bruto antes da Depreciação e Amortização		71.510	70.176			
Depreciação e Amortização sobre Obras e Terminais	20	(29.298)	(31.665)	(1.591)	8.952	
Resultado Operacional Bruto		42.212	38.511	(34.377)	(12.274)	
Receitas (Despesas) Operacionais Gerais e Administrativas	20	(68.487)	(65.214)	Custo dos Serviços Prestados	(19.789)	(18.956)
Provisão para Contingência	20	(3.476)	33.703	Materiais, energia, serviços de Terceiros e outros	(14.588)	6.682
Outras Receitas Operacionais	18	9.615	9.548	REtenções	(30.464)	(32.639)
Outras Despesas Operacionais	19	(3.394)	(10.290)	Depreciação, Amortização e exaustão	(30.464)	(32.639)
Variações Monetárias Passivas		(1.942)	(3.981)	VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	102.517	128.618
Baixa de bens do Ativo Permanente		(460)	-	PRODUZIDO PELA ENTIDADE	16.487	19.453
Receita da Doações Bens Ativo Imobilizado		-	7	VALOR ADICIONADO RECEBIDO	16.487	19.453
Indenizações		(5.862)	(5.083)	VALOR ADICIONADO TOTAL	119.004	148.071
Resultado antes do Resultado Financeiro		(74.006)	(41.310)	A DISTRIBUIR	119.004	148.071
Resultado Financeiro		(31.794)	(2.799)	DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	119.004	148.071
Receitas Financeiras	21	7.333	9.897	Pessoal e Encargos	103.427	86.91
Despesas Financeiras	21	(508)	(471)	Impostos, Taxas e Contribuições	29.188	24.53
Resultado Financeiro Líquido		6.825	9.426	Juros e Aluguéis	11.358	9.54
Lucro (Prejuízo) Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda		(24.969)	6.627	Prejuízo do Exercício	(24.969)	(20.98)
Imposto de Renda	10 a/b	-	-	As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.		
Contribuição Social sobre o Lucro	10 b	-	-			
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício		(24.969)	6.627			
Lucro (Prejuízo) por Lote de Mil Ações		(0,01)	-			
As notas explicativas são parte integrante desta demonstração.						

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, é uma sociedade por ações, constituída pela Lei nº 1.492, de 13 de dezembro de 1977, foi incorporada à Empresa Metropolitana de Planejamento da Grande São Paulo -EMPLASA em 1980, por meio do Decreto nº 15.319, de 07 de julho de 1980 e reconstituída mediante cisão parcial dessa Companhia, conforme Decreto nº 27.411, de 24 de setembro de 1987, tendo seus atos de reconstituição arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo em 04 de janeiro de 1988, regida pelas Leis Federais nº 6.404/76 e nº 13.303/16. A EMTU/SP tem por objeto promover a operação e a expansão dos serviços metropolitanos de transportes de passageiros sobre pneus, bem como de conexões intermodais de transportes de passageiros, competindo-lhe ainda outras atividades que lhe forem delegadas pela Secretaria dos Transportes Metropolitanos. Dentre as atividades delegadas a principal refere-se à determinação para que a EMTU/SP procedesse à implantação e construção dos Corredores Metropolitanos; para fazer face à essa obrigação, o Estado aporta os recursos necessários à execução das obras, inicialmente como Adiantamento para Aumento de Capital e posteriormente com a incorporação desses valores ao Capital Social da Companhia.

A Companhia tem como acionista majoritário a Fazenda do Estado de São Paulo, atuando, em consequência, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Governo do Estado, desenvolvendo atividades de interesse social. Sua gestão e posição econômico-financeira devem ser entendidas, também, dentro desse contexto.

Em decorrência da Lei Federal nº 13.303/16, a Administração da Companhia aprovou no exercício de 2018, a proposta para resgate da totalidade das ações de titularidade de acionistas minoritários privados, calculados em consonância com os termos do parágrafo 1º do artigo 91 da Lei 13.303/16. Com essa operação societária, a companhia deixou de ser uma sociedade de economia mista e transformou-se em uma sociedade por ações de capital fechado com a natureza jurídica de empresa pública.

Entre os principais eventos ocorridos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, destacamos:</

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

2.4. Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social (CSLL) - corrente e diferido.

O Imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em bases corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

a) Imposto de renda e contribuição social corrente.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14 a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados à alíquota de 15% e 9% respectivamente, que incidem sobre as bases de cálculo tributáveis correspondentes. Há ainda a aplicação de alíquota adicional de 10% sobre a base tributável, excedente a R\$ 240 mil/ano de base, relativamente ao IRPJ.

A opção da Companhia foi pelo Lucro Real Anual, utilizando balancetes de suspensão/redução para a apuração de eventuais valores a título de antecipação recolhidos por estimativa.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e contribuição social diferidos, quando aplicáveis, são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data das demonstrações financeiras, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros.

2.5. Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essa demonstração foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/2008. As IFRS não requerem a apresentação desta, portanto, são consideradas como informação adicional.

2.6. Principais Práticas Contábeis Adotadas.

As principais políticas contábeis aplicadas pela EMTU/SP na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir, as quais foram aplicadas de forma consistente a todos os exercícios apresentados.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

2.8. Instrumentos financeiros.

a) Contexto geral.

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Inicialmente são registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria "ao valor justo por meio do resultado", onde tais custos são diretamente lançados na rubrica de resultados financeiros. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

b) Ativos Financeiros.

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: i) custo amortizado e ii) ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Além disso, a Companhia registra provisão para perdas de seus ativos financeiros, mantendo assim a posição líquida financeira apurada:

i) Custo amortizado.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são: i) para receber o fluxo de caixa contratual e não para a venda com realização de lucros e perdas; e ii) cujos termos contratuais originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Inclui o saldo de caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

ii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

São os saldos de aplicações financeiras. Quaisquer alterações são reconhecidas na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" ou "Despesas financeiras", dependendo do resultado.

iii) Impairment de ativos financeiros.

A Companhia adota a metodologia de redução do valor contábil de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 a Companhia, em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), mensurava as perdas esperadas de crédito por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas (Provisão para Créditos de Liquidação Dúvida), ao invés de incorridas, para todas as contas a receber. A partir de julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99 adequando, portanto, a prática contábil ao Pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros.

c) Passivos financeiros.

A Companhia classifica seus passivos financeiros entre as categorias custo amortizado ou valor justo por meio do resultado a depender do propósito para os quais foram adquiridos ou emitidos. Inclui o saldo de fornecedores, contas a pagar e recebimentos antecipados.

2.9. Contas a receber.

As contas a receber de clientes são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber. A partir de julho/2023 a Companhia passou a registrar a título de provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa, a totalidade dos títulos vencidos há mais de 180 (cento e oitenta) dias, independentemente dos critérios de dedutibilidade previstos no Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99 adequando, portanto, a prática contábil ao Pronunciamento técnico CPC 48 Instrumentos Financeiros.

2.10. Estoques.

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

2.11. Imobilizado.

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada, incluindo os custos com implantação do Corredor Metropolitano Noroeste - RMC, os Corredores Metropolitanos da Região Metropolitana de São Paulo, Baixada Santista e o Sistema de VLT (Veículo Leve sobre Trilhos) da Baixada Santista.

As depreciações e amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - conforme nota explicativa nº 7.

A Companhia optou por avaliar os seus ativos pelo custo atribuído (deemed cost) na data de abertura do exercício de 2014 (01.01.2014). Os efeitos do custo atribuído aumentaram o ativo imobilizado tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajuste Patrimonial), líquida dos efeitos fiscais (nota explicativa nº 7).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de licença ambiental, materiais e mão de obra, quaisquer outros custos para instalação dos ativos no local para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

Depreciação.

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

2.12. Intangível.

Demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, os custos de projetos de terminais e os custos relacionados aos corredores pré-estruturais. O ativo intangível tem a sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária e a partir do momento que esse ativo entra em operação.

As amortizações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme Normas Brasileiras de Contabilidade (Nota Explanativa nº 8).

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização baseados nestas vidas úteis e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando incorridas e são relativos, principalmente, por licenças de uso e licenciamento de software, que são amortizados com vida útil média de 5 anos.

2.13. Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível - Impairment.

Os bens do ativo imobilizado e intangível foram submetidos à revisão para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e não foram identificadas evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, eventuais alterações materiais no ciclo normal dos negócios que possam indicar a probabilidade de perdas.

Quando aplicado o teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas de transporte, relacionadas principalmente às taxas de Gerenciamento e Fretamento de transporte público das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista e Campinas, além de locação e sublocação de imóveis e receitas decorrentes do transporte escolar metropolitano.

Destas forma a prática contábil adotada pela Companhia não se baseia unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos a ativos similares em bases equivalentes de Mercado na data de preparação das demonstrações contábeis.

2.14. Fornecedores e outras contas a pagar.

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso de taxa efetiva de juros.

2.15. Provisões para contencioso judicial e administrativo, ativos e passivos contingentes.

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

a) Ativos contingentes.

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

b) Passivos Contingentes.

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas civis, trabalhistas e tributárias, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 84.525 (R\$ 88.073 mil em 31 de dezembro de 2023), conforme Nota Explanativa nº 12.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível e tributária são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explanativa nº 6, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações por parte dos assessores jurídicos.

2.16. Remuneração e encargos sociais.

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

2.17. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes).

Um ativo é reconhecido somente quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituida como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

2.18. Receitas de contratos com clientes.

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços de gerenciamento e fretamento, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho nos contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

2.19. Resultado.

O resultado é apurado pelo regime de competência das receitas e despesas.

2.20. Estimativas e julgamentos contábeis relevantes.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

a) Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo

ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

b) Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis.

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

c) Passivos contingentes.

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, civis e tributárias decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação. Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, para a constituição das provisões para fazer frente às contingências judiciais por meio de estimativas, foram aplicadas as mesmas premissas contábeis quando da elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023, considerando os cenários vigentes quanto a ativos financeiros, impostos a recuperar, estoques, imobilizado e intangível e para as provisões para riscos trabalhistas, civis e tributários.

2.21. Imunidade Tributária Recíproca prevista no art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

É a vedação às pessoas políticas para instituir impostos sobre patrimônio, renda e serviços públicos umas das outras, estendendo

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

lidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o não circulante e a constituição de estimativa para possível perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

4.1 Composição Principal.

	31.12.2024		31.12.2023	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Contas a receber de terceiros	65.835	187	63.126	187
Remuneração por Serviços de Gerenciamento	7.135	303	10.096	303
Fretamento das Regiões Metropolitanas	1	-	1	-
ABC Sistema de Transporte SPE S/A (c)	1.229	-	1.362	-
TOTAL	74.200	490	74.585	490
Estimativa para perdas esperadas	(27.450)	(490)	(29.041)	(490)
TOTAL	46.750	-	45.544	-

4.2 Estimativa para perdas esperadas.

A estimativa para perdas esperadas é constituída a partir da abordagem simplificada da análise da inadimplência histórica, considerando as evidências: i) indicadores de dificuldade financeira; ii) início de cobrança extra ou judicial; iii) inscrição dos devedores no Cadastro de Inadimplentes - CADIN e, por fim, iv) dificuldade na realização de cobranças ao devedor. Neste contexto, a estimativa para perdas constituída no montante de R\$ 29.531 em 31/12/2023 foi ajustada para R\$ 27.940 em 31/12/2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a composição das contas a receber de acordo com a idade de vencimento dos títulos é assim apresentada:

Descrição	Não Circulante	
	Circulante	Não Circulante
VENCIDO A MAIS DE 180 DIAS (a)	27.450	490
VENCIDO DE 121 A 180 DIAS	91	-
VENCIDO DE 91 A 120 DIAS	3	-
VENCIDO DE 61 A 90 DIAS	95	-
VENCIDOS DE 31 A 60 DIAS	194	-
VENCIDOS ATÉ 30 DIAS	3.641	-

7. IMOBILIZADO

	31.12.2024		2023	
	Taxa de Depreciação	Vida Útil (em anos)	Custo	Depreciação Acumulada
			Líquido	Líquido
Móveis e Utensílios	10%	10	1.409	(1.248)
Terrenos	-	-	133.868	-
Edificações	1.1866% a 1.2400%	70	17.989	(2.427)
Construção Terminais Metropolitanos	0,8054% a 1,8666%	70	426.103	(93.439)
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	0,0334% a 20,00%	50	8.316	(4.792)
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	6,67%	10	4.500	(4.500)
Sistema VLT Baixada Santista	4,66%	50	485.743	(115.648)
Equipamentos de Processamento de Dados	20%	5	5.999	(4.260)
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	10%	10	3.298	(2.802)
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	0,9700%	25 a 50	39.056	(30.710)
Imobilizações em Andamento	0%	-	783.075	-
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	0%	-	16.811	-
Instalações	10%	10	1.524	(1.453)
Veículos Auxiliares	20%	10	10.883	(10.883)
TOTAL			1.938.574	(272.162)
				1.666.412
				1.500.707

As taxas de depreciação apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a depreciação foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos imobilizados.

a) Ativo imobilizado em andamento

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia manteve registrado no Ativo Imobilizado o montante de R\$ 783.075 (R\$ 602.370 em dezembro de 2023), referente à Imobilizado em Andamento, que estava composto da seguinte maneira:

	31.12.2024		31.12.2023	
	Não Circulante	Não Circulante	Circulante	Circulante
Obras em andamento - São Paulo	196.561	241.569		
Obras em Andamento - Baixada Santista	581.703	336.811		
Obras em Andamento - Campinas	822	21.365		
Obras em Andamento - Vale do Paraíba	1.089	1.073		
Obras em Andamento - Sorocaba	2.900	1.552		
TOTAL	783.075	602.370		

A Companhia, por meio dos seus Departamentos Contábil e de Obras, tem realizado trabalhos e elaborado relatórios periódicos que tem como objetivo identificar e quantificar o volume de obras que estão encerradas, cujos ativos já se encontram concluídos e em efetiva operação a fim de efetuar as devidas transferências para o Ativo Imobilizado em uso, passando assim a registrar a depreciação desses ativos com base nas respectivas vidas úteis estimadas dos bens transferidos.

b) Movimento do período.

	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Móveis e Utensílios	1.313	96	-	1.409
Terrenos	133.868	-	-	133.868
Edificações	17.989	-	-	17.989
Construção Terminais Metropolitanos	426.103	-	-	426.103
Benfeitoria em Imóveis de Terceiros	7.561	755	-	8.316
Sistema Equipamento Auxiliar e Manutenção	4.500	-	-	4.500
Sistema VLT Baixada Santista	485.743	-	-	485.743
Equipamentos de Processamento de Dados	4.916	1.083	-	5.999
Máquinas, Aparelhos, Equipamentos	3.169	129	-	3.298
Sistemas de Controle, Telecomunicações e Alimentação Elétrica	39.056	-	-	39.056
Imobilizações em Andamento	602.370	315.718	(135.013)	783.075
Projeto Ônibus de Célula a Hidrogênio	16.811	-	-	16.811
Instalações	1.524	-	-	1.524
Veículos Auxiliares	10.883	-	-	10.883
TOTAIS	1.755.806	317.781	(135.013)	1.938.574
(-) Depreciação acumulada	(255.099)	(17.063)	-	(272.162)
IMOBILIZADO LÍQUIDO	1.500.707	300.718	(135.013)	1.666.412

7.1 Avaliação de recuperação dos ativos imobilizados - Impairment Test
De acordo com as Normas de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC em vigor, a "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", dos itens do ativo imobilizado que apresentem sinais de seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação devem ser revisados detalhadamente para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia realizou o teste de recuperabi-

lidade de recebimento, a transferência dos títulos do ativo circulante para o não circulante e a constituição de estimativa para possível perda esperada de créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

5. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas.

Em 31 de dezembro de 2024, as Despesas Antecipadas estavam compostas da seguinte maneira:

	30.09.2024	31.12.2023
Premios de Seguros a apropriar	3	4
Assinaturas a apropriar	12	10
IPTU e taxas municipais a apropriar	-	-
Outras despesas a apropriar	51	47
TOTAL	66	61

6. DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31.12.2024	31.12.2023
	Não Circulante	Não Circulante
Depósitos Judiciais - Justiça do Trabalho.	2.274	1.114
Depósitos Judiciais - Cíveis e Fiscais.	783	783
TOTAL	3.057	1.897

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências trabalhistas em que a EMTU/SP é parte.

As marcas registradas e as licenças adquiridas, bem como, Projetos são demonstrados pelo custo histórico e por serem considerados, ativos com vida útil indefinida, não serão amortizados.

As taxas de amortização apresentadas no quadro acima estão em conformidade com a legislação societária, a amortização foi calculada a partir da vida útil estimada dos bens e foram determinadas com base em laudo de avaliação da vida útil econômica dos ativos intangíveis.

a) Movimentação do período.

	Saldo em 31.12.2023	Adições	Baixas	Saldo em 31.12.2024
Sistemas de Processamento de Dados	5.934	102	-	6.036
Marcas e Patentes	12	-	-	12
Projetos e Desenvolvimento	17.067	-	-	17.067
Sistema Trólebus				
Projeto de sistema de Processamento	464	-	(464)	-

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO TRIBUTÁRIO COM PEDIDO LIMINAR objetivando obter o benefício da imunidade tributária prevista no artigo 150, inciso VI, alínea “a” da Constituição Federal, reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal no sentido de que as empresas públicas e as sociedades de economia mista, delegatárias de serviços públicos essenciais, são beneficiárias de imunidade tributária recíproca, independentemente de cobrança de tarifa como contraprestação do serviço, cuja decisão foi proferida no Recurso Extraordinário (RE) 1320054, com trânsito em julgado em 31 de maio de 2021. Além da declaração da imunidade tributária quanto ao IRPJ com pedido de liminar, foi requerido i) a restituição dos valores eventualmente recolhidos dos exercícios de 2017, 2018, 2019 e 2022; ii) a restituição dos valores já eventualmente recolhidos corrigidos pelos índices oficiais; iii) a restituição de eventuais outros valores por ela recolhidos a título de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, posteriores ao ajuizamento da presente ação, valores estes, devidamente corrigidos pelos índices oficiais; e iv) condenar a UNIÃO FEDERAL - FAZENDA NACIONAL no pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios, a serem arbitrados pelo juízo. O valor atribuído à causa é no montante de R\$ 3.200.319,53.

Em 20 de março de 2024 foi proferida Sentença reconhecendo a procedência do pedido da EMTU/SP e o trânsito em julgado ocorreu em 14 de maio de 2024. A EMTU/SP iniciou o Cumprimento da Sentença para o recebimento do valor de R\$ 4.497.355,75 (quatro milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trezentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos) atualizado para setembro de 2024 e a União Federal foi intimada em 17 de outubro de 2024 para impugnar a execução.

b) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, quando aplicável, são apurados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo dos impostos sobre o lucro e os montantes contábeis registrados (variações de provisões diversas e cálculo do valor justo de instrumentos financeiros), de acordo com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. As alíquotas nominais definidas atualmente pela legislação tributária vigente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu créditos de impostos diferidos ativos, pois não há expectativa de lucro tributável para os próximos exercícios.

11. RECEBIMENTOS ANTECIPADOS

	31.12.2024	31.12.2023
Recebimentos antecipados (VT's Bilhetes e Convênios)	6.595	4.346

O valor de R\$ 6.595 (R\$ 4.346 em 2022) refere-se a recebimentos relativos à convênios e contrato com a Secretaria de Estado da Educação - SEE e Universidade Federal de São Paulo - UNIFESP, e integração tarifária, entre outros.

12. PASSIVO CONTINGENTE (CÍVEL E TRABALHISTA)

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal dos negócios, incluindo processos de naturezas cível, tributária e trabalhista. A Administração da Companhia reconhece provisões nas demonstrações contábeis de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos. O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2023			
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	-	5.029	-	3.332
Cíveis e Fiscais	53	79.443	9.921	74.820
TOTAL	53	84.472	9.921	78.152

12.1 Processos trabalhistas

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências trabalhistas, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 - Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 158 (141 em 2023) processos de natureza trabalhista. A movimentação das ações trabalhistas durante o exercício findo em 31/12/2024, está assim apresentada:

Processos trabalhistas

Descrição	Valor
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.332
Liquidações e/ou baixas	(411)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	2.108
TOTAL	5.029

12.2 Processos Cíveis e fiscais

A Companhia efetua a constituição da provisão para contingências cíveis e fiscais, considerando o parecer do departamento jurídico, de acordo com os riscos de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 - Provisões, Passivo Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Em relação às ações de natureza cível e tributária, destaque-se que houve alterações no risco de perda confirmado pelos assessores jurídicos da Companhia e, consequentemente os valores das ações foram atualizados e seu risco reclassificado durante o exercício de 2024. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações cíveis e tributárias consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas, quando classificadas como de perda possível ou provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia figura no polo passivo em 165 (134 em 2023) processos de natureza cível ou fiscal. A movimentação das ações cíveis e fiscais durante o exercício findo em 31/12/2024, está assim apresentada:

Processos cíveis e fiscais

Descrição	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2023	9.921	74.820
Adições	-	6.166
Liquidações e/ou baixas	(10.193)	(1.764)
Atualizações e/ou reclassificações do risco jurídico	325	221
TOTAIS	53	79.443

Explicação sobre as naturezas das principais ações cíveis provisionadas

SINFRET: Amparada na opinião dos seus assessores jurídicos, durante o exercício de 2017 a Companhia procedeu ao provisionamento do montante de R\$ 39.700 milhões, referente à ação de Mandado de Segurança Coletivo que foi impetrado pelo Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros por Fretamento do Estado de São Paulo - SINFRET e outros sindicatos, questionando a legalidade da cobrança de valor mensal por veículo cadastrado (RESEGE Fretamento), que foi instituído pela Resolução STM-059-2010, cuja cobrança anteriormente à referida Resolução, era realizada anualmente no momento da inspeção dos veículos. Os sindicatos alegam que o valor cobrado a título de Taxa somente poderia ser instituído por meio de Lei e não por meio de Resolução. Em 2020, com base na informação dos assessores jurídicos da Companhia, houve uma atualização no valor de R\$ 34.187 milhões, totalizando o valor do processo para R\$ 73.886 milhões (incremento de R\$ 39.699 milhões). No trimestre findo em 30 de setembro de 2022, segundo relatório dos assessores jurídicos da EMTU/SP, consta que foram esgotados todos os recursos e o valor do processo foi atualizado no montante de R\$ 46.707 milhões. No segundo trimestre de 2023, houve uma atualização no valor de R\$ 50.052 milhões. Consequentemente, o montante contabilizado dessa provisão foi ajustado no valor de R\$ 3.345 milhões, que está em processo de negociação. No quarto trimestre foi celebrado acordo entre as partes, para pagamento parcelado, com correção pela UFESP (2023). O valor da provisão atualizada na base do acordo e avaliação do

Departamento de Controle e Operações Financeiras da EMTU/SP foi de R\$ 31.450 milhões. Sendo assim, em razão da realização do referido acordo, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 10.117 milhões no Passivo Circulante e o restante no montante de R\$ 21.333 milhões no Passivo Não Circulante.

Para o período findo em 31 de dezembro de 2024, os mencionados saldos obtiveram atualização monetária em um montante total de R\$ 1.010 milhões, sendo 325 mil no circulante e R\$ 685 mil no não circulante. Ressaltamos que nesse processo também ocorreram pagamentos, sendo que no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foi pago o montante de R\$ 196 mil e até 31 de dezembro de 2024 foi pago o montante de R\$ 10.193 milhões. Assim, os saldos passaram a ser R\$ 53 mil no circulante e de R\$ 22.018 milhões no não circulante.

• Consórcio Expresso VLT Baixada Santista I e II: constituído durante o exercício de 2018 no valor de R\$ 4.919 milhões, referente ao pedido de resarcimento por suposto atraso no pagamento das medições dos serviços apresentadas à EMTU/SP. Em 31 de dezembro de 2023 a provisão relacionada à essa ação é de R\$ 10.165 milhões. Em agosto e 2024 houve uma atualização no valor de R\$ 439 mil, estando, portanto, o seu saldo atual em R\$ 10.604 milhões;

• Consórcio Ferreira Guedes: Araguaia: Ação movida no valor de R\$ 17.473 milhões que cobra resarcimento por alegados prejuízos e custos adicionais suportados pelo autor em razão da prorrogação do prazo para execução contratual. No primeiro trimestre de 2023, foi ajustado o valor do processo em R\$ 5.081 milhões, segundo relatório do departamento jurídico da Companhia, onde passou o montante da provisão para R\$ 22.554 milhões.

• Construtora Queiroz Galvão: Provisão constituída no montante de R\$ 2.521 milhões relativa à ação de cobrança buscando a condenação da EMTU/SP ao pagamento de correção monetária e juros moratórios dos pagamentos das medições do Contrato EMTU/SP nº 023/2015 (Concorrência EMTU/SP nº 001/2015) que teriam sido realizados com atraso (datas prorrogadas de vencimento). A perícia contábil constatou o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. A sentença acolheu as conclusões técnicas da perícia e julgou procedente a ação para condenar a EMTU/SP ao pagamento de R\$ 2.439 milhões, acrescido de juros e correção, reembolso de custas e despesas, e honorários advocatícios de 5% do valor da condenação conforme previsto para a Fazenda Pública. Embargos de declaração opostos pela EMTU/SP e pela Construtora.

• Consórcio Eletro-Três: Provisão constituída no montante de R\$ 2.000 milhões relativa à ação de resarcimento aos cofres em razão do acordão do TCE/SP julgando irregulares os aditamentos celebrados no contrato 28/92. Em maio/2024 houve um ajuste, segundo o relatório do Departamento Jurídico no valor de R\$ 589 mil, estando, portanto, o seu saldo atual em R\$ 1.411 milhões.

12.3 Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível, conforme demonstrado abaixo:

	31.12.2024	31.12.2023
Trabalhistas	9.757	3.923
Cíveis e Fiscais	31.101	20.579
TOTAL	40.858	24.502

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias além da informada abaixo:

a) Composição dos Saldos - Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 estão identificados a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
	Circulante	Circulante
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	77.199	71.041
Contas a receber de clientes	46.750	45.544
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	42.822	38.595
Contas a pagar	4.051	4.502
Recebimentos antecipados	6.595	4.346

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 para os instrumentos financeiros da Companhia representados pelos grupos Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 (R1). Para estes casos a divulgação de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Caixa e equivalentes de caixa - Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes - Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA		31.12.2024	31.12.2023
CUSTOS E DEPRECIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Pessoal	60.799	57.688	
Materiais	205	249	
Utilidades e serviços	20.677	20.203	
Depreciação e amortização	29.853	32.188	
Gastos gerais	518	465	
SUBTOTAL	112.052	110.793	
DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS			
Pessoal	55.593	53.902	
Materiais	248	238	
Utilidades e serviços	11.893	10.574	
Depreciação e amortização	611	450	
Gastos gerais	142	50	
Provisões contingenciais	3.476	(33.703)	
SUBTOTAL	71.963	31.511	
TOTAL	184.015	142.304	

21. RESULTADO FINANCEIRO		31.12.2024	31.12.2023
RECEITAS FINANCEIRAS			
Receita de aplicações financeiras	7.094	6.172	
Descontos e abatimentos	-	4	
Juros e encargos ativos	239	3.721	
SUBTOTAL	7.333	9.897	
DESPESAS FINANCEIRAS			
Bancárias	(482)	(459)	
Encargos por atraso e IOF	(26)	(12)	
SUBTOTAL	(508)	(471)	
TOTAL	6.825	9.426	

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP publica seu balanço anual, reunindo as principais informações sobre os projetos, ações sociais e benefícios aos seus funcionários e à comunidade. As atividades desenvolvidas buscam, ainda, demonstrar a preocupação da empresa com o seu planejamento estratégico e sua responsabilidade social corporativa.

Os investimentos sociais da EMTU/SP em projetos sociais, ambientais e culturais visam à melhoria da qualidade de vida e reforçam os vínculos entre a empresa, a sociedade e o meio ambiente, agregando valores à imagem da EMTU/SP.

O Balanço Social demonstra o desempenho da política social da EMTU/SP, onde tem destaque a Demonstração do Valor Adicionado, conjunto de informações de natureza econômica, compondo um relatório contábil que demonstra o valor da riqueza gerada pela EMTU/SP e a distribuição dos elementos que contribuíram para sua geração.

A Demonstração do Valor Adicionado espelha qual a parcela da EMTU/SP na criação da riqueza global da nação, definindo qual a sua contribuição na formação do Produto Interno Bruto - PIB do país.

Estreitamente relacionada com o conceito de responsabilidade social, a Demonstração do Valor Adicionado atende às necessidades de informações sobre o valor da riqueza criada pela EMTU/SP e a sua utilização, demonstrativo este publicado juntamente com o Balanço Patrimonial.

COMPROMISSO COM A GESTÃO DE PESSOAS

Demonstra os investimentos da EMTU/SP nas políticas de Gestão de Pessoal e a repercussão no processo produtivo da empresa.

INDICADORES DE TREINAMENTO		31.12.2024	31.12.2023
PROGRAMA / EVENTOS / CURSOS	Participantes	Homem/ Hora	Participantes
Desenvolvimento Gerencial	82	14,68	-
Integração	33	1,52	47
Aperfeiçoamento Profissional	4	20,00	19
Especialização e Atualização	12	48,92	698
Capacitação e Reciclagem	264	11,48	221
Eventos	716	0,19	2.199
TOTAL - INDICADORES DE TREINAMENTO	1.111		3.184

INDICADORES DE TREINAMENTO		31.12.2024	31.12.2023
Número de Cursos		39	20
Empregados Treinados		1.111	3.184
Homens / Horas		96,79	41,92

INVESTIMENTOS TOTAIS (R\$ mil)

129 91

INDICADORES SOCIAIS

31.12.2024 31.12.2023

NATUREZA DE ATENDIMENTO

Empregados Não Empregados Empregados Não Empregados

SAÚDE E MEDICINA DO TRABALHO

497 531 - -

Exame Admisional

9 - 9 -

Exame Demisional

22 - 22 -

Exame Periódico

192 - 450 -

Atendimento Ambulatorial

274 - 50 -

SERVIÇO SOCIAL

34 21 28 20

Licença Maternidade

1 - 1 -

Licença Paternidade

3 - 1 -

Visita Social / Assistencial

9 - 7 -

Auxílio-Doença

6 - 8 -

Retorno ao Trabalho

6 - 4 -

Nascimentos

4 - 2 -

Falecimentos

1 21 2 20

Apoio - atendimento interno e externo

4 - 3 -

QUALIDADE DE VIDA

208 113 277 190

Vacinação antigripal

208 113 277 190

SEGURANÇA DO TRABALHO

353 32 204 39

SIPAT

213 10 35 9

CIPA

24 - 41 -

Treinamento de Primeiros Socorros

55 11 61 15

Treinamento de Combate a Incêndio

55 11 61 15

Número de Acidente de Trabalho

6 - 6 -

TOTAL - INDICADORES SOCIAIS

1.092 166 1.040 249

COMPROMISSO COM A SOCIEDADE

A EMTU/SP busca de forma ética desenvolver ações socialmente responsáveis que levem ao bem comum e à inclusão social.

MODELO IBASE DE BALANÇO SOCIAL

A EMTU/SP adota, para a apresentação das informações de seu Balanço Social, a formatação sugerida pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - IBASE.

De forma simples e eficiente, a empresa procura demonstrar à sociedade como suas atividades produtivas estão voltadas à oferta de um serviço de transporte público intermunicipal ágil, acessível e seguro. Mais do que apenas buscar a eficiência empresarial, a EMTU/SP engaja-se e estimula iniciativas que visam à promoção humana, a responsabilidade social e o respeito ao meio ambiente.

22. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 24 de fevereiro de 2025 o Governo do Estado de São Paulo, acionista majoritário da Companhia, publicou o Decreto nº 69.375 de 21 de fevereiro de 2025 que Dispõe sobre a apresentação do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pela Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020, e dá providências correlatas. Dessa forma, os efeitos decorrentes da aprovação da Lei Estadual nº 17.293/2020 e da aprovação da Lei Complementar nº 1.413/2024, mencionados na Nota Explicativa nº 1 Contexto Operacional, deverão ocorrer a partir do exercício de 2025.

Nesse sentido, em conformidade com o referido Decreto, a Companhia deverá atender às seguintes determinações:

- **Artigo 1º:** apresentar ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC, no prazo de 7 (sete) dias a contar da publicação do referido Decreto o Plano de Desmobilização atualizado contendo as medidas que serão adotadas para sua dissolução, liquidação e extinção autorizada pelo inciso III do artigo 1º da Lei nº 17.293, de 15 de outubro de 2020;

- **Artigo 2º:** O Plano de Desmobilização deverá contemplar, no mínimo:

- I - proposta de destinação das atividades públicas exercidas pela empresa;
- II - descrição do quadro de pessoal vigente, indicando os empregos permanentes e de livre provimento, as atribuições correspondentes e a alocação em atividades que serão transferidas na forma do inciso I deste artigo;
- III - proposta de destinação do acervo técnico;
- IV - medidas para o tratamento dos direitos e obrigações da empresa, incluindo a sub-rogação de contratos em vigor;
- V - delimitação e proposta de cronograma das atividades que serão realizadas pelos Administradores e as que ficarão a cargo do liquidante;
- VI - proposta de data de convocação da assembleia geral de acionistas que

declarará a dissolução da empresa.

Parágrafo único - A proposta de destinação das atividades públicas exercidas pela Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU, previstas no inciso I deste artigo, deverá incluir:

- a) previsão das medidas necessárias para a assunção, pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP, das funções de fiscalização, controle e regulação dos serviços de transporte coletivo metropolitano, previstas na Lei complementar nº 1.413, de 23 de setembro de 2024, e no Decreto nº 69.339, de 4 de fevereiro de 2025;
- b) proposta para a transferência das demais atividades públicas desempenhadas pela EMTU, que não possam ser descontinuadas após a sua extinção, a órgãos da administração, cujo campo funcional seja aderente à função a ser desempenhada.

A aprovação e acompanhamento do Plano de Desmobilização caberá ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC que poderá instituir

grupo de acompanhamento para auxiliar a EMTU/SP no processo de dissolução, liquidação e extinção, estabelecendo, em deliberação própria, a composição, as atribuições e o prazo das atividades.

A Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP poderá adotar medidas visando a celebração de termos de sub-rogação de contratos administrativos, termos de convênio, comodato, cessão ou afastamento de pessoal com órgãos e entidades da Administração para garantir a transferência gradativa das atividades por ela exercidas.

Exceto quanto ao Decreto nº 69.375/2025, os administradores declararam a inexistência de outros fatos ocorridos subsequentemente à data de encerramento do exercício de 2024, que venham a ter efeito relevante sobre a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possam provocar efeitos sobre seus resultados futuros.

BALANÇO SOCIAL 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

1. BASE DE CÁLCULO	
--------------------	--

RELATÓRIO DE ASSEGURAÇÃO RAZOÁVEL DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTIDAS NO BALANÇO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Ilmos. Srs.
Diretores e Acionistas da
Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP
São Bernardo do Campo - SP

Introdução

Fomos contratados com o objetivo de aplicar procedimentos de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social Anual da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

As informações constantes do Balanço Social estão sendo apresentadas para propiciar informações adicionais sobre a Empresa, apesar de não serem requeridas como parte integrante das demonstrações contábeis.

Responsabilidade da administração da EMTU/SP

A administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações divulgadas no Balanço Social Anual e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorções relevantes.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre as informações no Balanço Social Anual, com base no trabalho de asseguração razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (Trabalhos de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão), emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, que é equivalente à norma internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não financeiras históricas. Essas normas exigem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações divulgadas no Balanço Social Anual, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes.

Nossos procedimentos foram planejados e executados de acordo com as normas brasileiras e internacionais de asseguração (NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 - Assurance Engagements Other than Audits or Reviews of Historical Financial Information) e de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01 - Emissão de Relatório de Asseguração Relacionado com Sustentabilidade e Responsabilidade Social, emitido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Essas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos e o planejamento e a execução do trabalho de asseguração para obter asseguração razoável das informações sociais identificadas.

Um trabalho de asseguração razoável conduzido de acordo com a NBC TO 3000, equivalente à ISAE 3000, consiste principalmente de indagações à administração da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP** e outros profissionais da Em-

presas envolvidas na elaboração das informações divulgadas no Balanço Social Anual 2024, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidências que nos possibilitem concluir na forma de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no referido Balanço Social Anual.

Os procedimentos aplicados compreenderam:

- o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações divulgadas no Balanço Social 2024;
- o entendimento da metodologia de cálculos e da consolidação dos indicadores através de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações;
- aplicação de procedimentos analíticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com as informações divulgadas no Balanço Social Anual 2024; e
- confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações financeiras e/ou registros contábeis.

Os trabalhos de asseguração razoável compreenderam, também, a verificação quanto à aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração do Balanço Social definidos pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1003 de 19 de agosto de 2004 que aprovou a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental, aplicáveis na elaboração das informações contidas no Balanço Social de 2024 da EMTU/SP;

Acreditamos que os procedimentos aplicados e que as evidências obtidas em nosso trabalho são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião na forma razoável.

Alcance e limitações

Nossa trabalho teve como objetivo a aplicação de procedimentos de asseguração razoável sobre as informações divulgadas no Balanço Social 2024 da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP**, nos itens de perfil (informações que fornecem o contexto geral para a compreensão do desempenho organizacional, incluindo sua estratégia, perfil e governança), na forma de gestão e nos indicadores de desempenho em sustentabilidade da Empresa, não incluindo a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade.

Os procedimentos aplicados não representam um exame de acordo com as normas de auditoria das demonstrações contábeis. Adicionalmente, nosso relatório não proporciona nenhum tipo de asseguração sobre o alcance de informações futuras (como por exemplo: metas, expectativas, estratégias e projeções) e informações descritivas que são sujeitas a avaliação subjetiva.

Os dados não financeiros estão sujeitos a mais limitações inerentes do que os dados financeiros, dada a natureza e a diversidade dos métodos utilizados para determinar, calcular ou estimar esses dados. Interpretações qua-

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

dentes ao exercício findo naquela data e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, bem como do Relatório da Administração e Balanço Social. Baseados nesse exame e nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, do Comitê de Auditoria Estatutário e do Conselho Fiscal, os Membros do Conselho de Administra-

titutivas de materialidade, relevância e precisão dos dados estão sujeitos a pressupostos individuais e a julgamentos. Adicionalmente, não realizamos qualquer trabalho em dados informados para os períodos anteriores, para a avaliação da adequação das suas políticas, práticas e desempenho em sustentabilidade, nem em relação a projeções futuras.

Conclusão

Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações divulgadas no Balanço Social Anual da **EMPRESA METROPOLITANA DE TRANSPORTES URBANOS DE SÃO PAULO S.A. - EMTU/SP**, relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 15 - Informações de Natureza Social e Ambiental e com os registros e arquivos que serviram de base para a sua preparação.

Enfase

Em 09 de junho de 2022, mediante Resolução nº 1670, o Conselho Federal de Contabilidade formalizou a criação do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade - CBPS como resultado da iniciativa da Fundação de apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis e de Sustentabilidade (FACPCS). O CBPS tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de documentos técnicos sobre padrões de divulgação sobre sustentabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, levando sempre em conta a adoção dos padrões internacionais editados pelo International Sustainability Standard Board - ISSB.

Nesse contexto, em 12 de setembro de 2024 foram aprovados os 2 primeiros pronunciamentos técnicos pelo CBPS, sendo o CBPS 01 que trata dos requisitos gerais para divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e o CBPS 02 que define os critérios para divulgações relacionadas ao clima, os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários pelas Resoluções CVM nº 217 e 218, respectivamente e pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TDS 01 e NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TDS 02, de 17 de outubro de 2024. Ambos os pronunciamentos entraram em vigor em 1º de janeiro de 2024 com aplicação obrigatória a partir do exercício social iniciado em ou após 1º de janeiro de 2026. Nossa conclusão não contém modificação em relação à esse assunto.

São Bernardo - SP, 07 de fevereiro de 2025.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S
CRC-PR Nº 3.942/O-6
CVM Nº 519/3

Ediclei Cavalheiro de Ávila
Contador CRC-PR 057250/O-9
CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze
Contadora CRC-PR Nº 051096/O-0
CNAI Nº 6254

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2024 e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa, e do Valor Adicionado, correspon-

do ação são de parecer que essas peças, refletindo a situação das Contas da Empresa na data mencionada, reúnem condições para serem submetidas à apreciação e aprovação dos Acionistas.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2025.

Os Membros do Conselho Fiscal da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU/SP, infra-assinados, no cumprimento de suas atribuições estabelecidas em lei, procederam ao exame do Balanço Patrimonial da Empresa, levantado em 31 de dezembro de 2024, e das respectivas Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio

Líquido, do Fluxo de Caixa, do Valor Adicionado e Resultado Abrangente, correspondentes ao exercício findo naquela data, das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis que acompanham esses documentos, e do Balanço Social. Baseados nesse exame, nas informações obtidas junto à Administração da Empresa e em análises procedidas periodicamente nos balanços

e, ainda, nos pronunciamentos dos Auditores Independentes, os Membros do Conselho Fiscal são de parecer que as contas e demonstrações contábeis estão em condições de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembleia Geral dos Senhores Acionistas, convocados para tal fim.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

Os Membros do Conselho de Administração da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU

1. INTRODUÇÃO
O Comitê de Auditoria Estatutário - COAUD da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. é órgão estatutário composto por quatro membros independentes (foram cinco em 2024), atendendo à lei federal nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), Decreto/SP 62.349/16 e ao Estatuto Social da EMTU.

Conforme o parágrafo 3º do art. 24 da Lei nº. 13.303/16, o COAUD deverá se reunir de modo que as informações contábeis sejam sempre apreciadas antes de sua divulgação.

O COAUD não tem poder decisório ou atribuições executivas. As responsabilidades do COAUD são direcionadas ao cumprimento das atribuições legais aplicáveis e estatutárias, conforme seu Regimento Interno.

As funções do COAUD são desempenhadas, principalmente com base nas informações recebidas da administração da companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pela conformidade, gerenciamento de riscos e de controles internos, dos responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras e de acordo com suas próprias análises decorrentes de sua atuação de supervisão e monitoramento.

2. ATIVIDADES REALIZADAS EM 2024
Em 2024 o COAUD reuniu-se em 25 (vinte e cinco) reuniões e seus membros participaram de várias outras reuniões internas e eventos, por videoconferência e presencialmente na sede e demais instalações da Companhia.

Com base no Plano Anual de Trabalho do COAUD, as reuniões são desenvolvidas com a discussão dos materiais técnicos e documentos disponibilizados com antecedência bem como na recepção dos profissionais e responsáveis por vários departamentos da Companhia. As áreas de Auditoria Interna (AUD) e de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI) participam de todas as reuniões do COAUD.

As pautas das reuniões do COAUD percorrem as suas atribuições previstas na lei, no Estatuto, Regimento e nas melhores práticas de governança corporativa. Todas as recomendações do COAUD são registradas em atas que são disponibilizadas para o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria. Os extratos das atas, na forma do parágrafo 5º do art. 24 da Lei 13.303/16 estão disponíveis no website da Companhia.

Dentre os diversos assuntos abordados pelo COAUD, destacam-se: a)

Auditória Interna; b) Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno; c) Auditoria Independente; d) Qualidade das Demonstrações Contábeis; e) Área Financeira; f) Ouvidoria; g) Comitê de Ética; h) Canal de Denúncias; e i) Gerências e departamentos operacionais.

3. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS

O COAUD vem monitorando a efetividade dos controles internos através da atuação da Área de Conformidade, Gestão de Riscos e Controle Interno (ACI), dos procedimentos efetuados pela Auditoria Interna (AUD), dos procedimentos efetuados pela auditoria independente e pelas indagações efetuadas pelos membros do COAUD aos responsáveis pelos principais departamentos da Companhia. No decorrer de 2024, os itens identificados pela ACI, AUD e auditoria independente foram discutidos e compuseram recomendações específicas.

Foram reemitidas recomendações de controles internos para obras em andamento e ativo imobilizado. Ressaltamos que os procedimentos de aprimoramento de controles adotados pela administração deverão ter continuidade.

4. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INDEPENDENTES

O Comitê se reuniu com os auditores independentes, em agenda previamente acordada para a discussão dos principais procedimentos contábeis utilizados pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais e anual, bem como, sobre o atendimento ao escopo do trabalho, das normas profissionais vigentes, dos sistemas de controles internos e da qualidade das demonstrações financeiras. Os assuntos identificados e as respectivas recomendações são registrados em atas e nos relatórios emitidos.

A firma Bazzaneze Auditores Independentes S/S prestou os serviços de auditoria para o exercício de 2024. Não chegou ao nosso conhecimento qualquer fato que pudesse comprometer a independência, a integridade e a qualidade dos trabalhos de auditoria independente.

5. AVALIAÇÃO DA EFETIVIDADE DOS AUDITORES INTERNOS

A função de auditoria interna da Companhia desempenhada conforme o PAINT 2024 e se comprova efetiva e eficiente nas atribuições previstas nas leis e no Estatuto Social. Os resultados dos trabalhos da AUD estão evidenciados nos relatórios específicos e no Relatório Anual (RAINT 2024), conforme apresentado no Conselho de Administração. Destaca-se ainda que a AUD vem realizando iniciativas e destacando-se na disseminação da cul-

tura de auditoria interna como proteção e criação de valor envolvendo toda a Companhia e foi reconhecida pelo Instituto dos Auditores Internos (IAI).

6. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2024

O COAUD analisou os principais procedimentos que envolvem o processo de preparação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício-social de 2024. As considerações sobre as informações trimestrais referentes a março/24, junho/24 e setembro/24 foram enviadas em relatórios específicos ao Conselho de Administração conforme dispõe a lei e o Estatuto.

O COAUD analisou as informações contábeis referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Fluxo de Caixa, as Notas Explicativas e o Relatório da Auditoria Independente. O Relatório dos Auditores Independentes S/S sobre as Demonstrações Contábeis foi elaborado pela firma Bazzaneze Auditores Independentes S.S. com emissão de opinião sem ressalvas, datado de 24 de fevereiro de 2025, de acordo com as normas profissionais aplicáveis ao trabalho de auditoria independente anual. Destaque-se, menções à Lei Estadual 17.293/2020, à Lei Complementar Estadual 1.413/24 e ao Decreto Estadual 69.375, de 21 de fevereiro de 2025 que impactam significativamente as operações da Companhia para o exercício social de 2025. As Demonstrações Financeiras de 2024 foram elaboradas com o pressuposto de continuidade operacional e não foi aplicado o CPC específico para Entidades em Liquidação com efeitos correlatos dos CPC 00 - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro e CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Comitê de Auditoria Estatutário da EMTU, no curso de suas atribuições legais e estatutárias, não identificou quaisquer outras situações de divergências significativas entre a Administração, o COAUD e os auditores independentes.

O COAUD considera que os assuntos pertinentes às suas competências que lhes foram dados a conhecer no curso de suas atividades estão reportados no presente relatório e recomenda que as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2024 sejam aprovadas e divulgadas na forma da legislação aplicável.

São Paulo, 25 de fevereiro de 2025

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Paulo Menezes Figueiredo

Conselheiros:

Diego Allan Vieira Domingues
Fabricio Moura Moreira
Gustavo Carvalho Tapia Lira

Conselheiros Independentes:

Rafael Soriano Rodas
André de Araujo Souza
João Maurício Ferreira Maciel

CONSELHO FISCAL

Membros:

André Isper Rodrigues Barnabé
Bety Tichauer
Hélio Fumio Kubata
Priscilla Reinisch Perdicaris
Roberta Campedelli Ambiel Gonçalves

COMITÊ DE AUDITORIA ESTATUTÁRIO

Coordenador:

André de Araujo Souza

Membros:

André Luiz Martins Leite
Carlos Henrique Lacativa
Moacir Vieira Serodio Filho

DIRETORIA

Diretor de Gestão Operacional -

Respondendo Interinamente pela Diretoria da Presidência:

Francisco Eiji Wakebe

Diretor Administrativo e Financeiro:

Giuliano Vincenzo Locanto

Diretor de Gestão Oper

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Complementar nº 1.413/2024, sancionada pelo Governador do Estado de São Paulo, em 23 de setembro de 2024. Esta lei transferiu para a ARTESP - Agência de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP"), as funções de fiscalização, controle e regulação das infraestruturas e dos serviços de transporte metroferroviário, bem como dos serviços de transporte coletivo metropolitano e, com isso, alterou de forma significativa determinadas atividades operacionais da EMTU/SP. À transferência dessas atividades para a ARTESP, desencadeou efeitos significativos na atividade operacional da Companhia a partir da aprovação da referida Lei Complementar nº 1.413/2024, cujo prazo para conclusão da transferência dessas atividades que expiraria em até 90 (noventa) dias a partir da publicação da Lei Complementar, foi prorrogado por igual período mediante decreto nº 69.294, de 03 de janeiro de 2025. Além disso, de acordo com a referida Lei Complementar os ativos (bens móveis e imóveis) remanescentes da EMTU/SP poderão ser transferidos ao Estado e, ainda, poderão ser alienados ou destinados a outros usos de interesse público, ensejando o encerramento das suas atividades. Nesse sentido, até o encerramento e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, determinadas atribuições da Companhia já haviam sido transferidas para a ARTESP, incluindo colaboradores e corpo técnico-operacional sem, no entanto, ter ocorrido qualquer transferência de receitas ou recursos financeiros decorrentes das atividades operacionais originalmente realizadas pela Companhia, que não havia sido instada a se manifestar quanto ao tratamento das receitas e despesas vinculadas às essas atividades já assumidas pela ARTESP, bem como não havia previsibilidade quanto ao início do processo de dissolução, liquidação e extinção da EMTU/SP.

No entanto, conforme mencionado na nota explicativa nº 22 Eventos Subsequentes às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em 24 de fevereiro de 2025 foi publicado o Decreto Estadual nº 69.375 de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a apresentação ao Conselho de Defesa dos Capitais do Estado - CODEC do Plano de Desmobilização da Empresa Metropolitana de Transportes Urbanos de São Paulo S.A. - EMTU que deverá conter, dentre outras providências correlatas, as medidas que serão adotadas para a dissolução, liquidação e extinção da Companhia autorizadas pela Lei nº 17.293 de 15 de outubro de 2020. Dessa forma, em razão da adoção das medidas previstas pela Lei Complementar nº 1.413/2024 e pelo fato de que a determinação pela dissolução, liquidação e extinção da Companhia conforme previsto pela Lei Estadual 17.293/2020 surtirão efeitos somente a partir do exercício de 2025 em decorrência da publicação do referido Decreto Estadual nº 69.375/2025, as demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas pela Administração da Companhia no pressuposto da continuidade normal de suas atividades e não incluíram nenhum ajuste relativo à realização e classificação dos valores de ativos ou aos valores e à classificação de passivos que seriam requeridos para refletir os efeitos da Lei Complementar nº 1.413/2024 e das medidas previstas na Lei Estadual nº 17.293/2020. Sendo assim, a partir do exercício de 2025 a Companhia deverá avaliar a aplicabilidade do Pronunciamento Técnico Contábil CPC Para Entidades em Líquidação. Nossa conclusão não está modificada em relação a esse tema.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A comunicação detalhada dos principais assuntos de auditoria no relatório do auditor não é requerida a essa Companhia, sendo compulsória apenas para as companhias que possuem ações, cotas, títulos cotados e registrados em bolsas de valores, ou negociados de acordo com os regulamentos de uma bolsa de valores reconhecida ou órgão equivalente, conforme NBC TA 701 - item 5 do Conselho Federal de Contabilidade. No entanto, tendo em vista à relevância dos assuntos abaixo, optamos por inclui-los no presente relatório.

Mensuração do Ativo Imobilizado e Intangível - Notas Explicativas nº 7 e 8

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia mantinha registrado no seu balanço patrimonial o montante de R\$ 2.625.083 mil (R\$ 2.346.245 mil em 2023) relativo ao seu ativo imobilizado e intangível líquidos já depreciados e/ou amortizados, correspondentes à 95,28% (95,07% em 2023) do total do ativo registrado naquela data. Esses ativos são mensurados ao custo histórico de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação, quando aplicável, menos qualquer depreciação/amortização e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

Devido ao fato desses ativos serem os elementos mais relevantes das demonstrações contábeis que influenciam diretamente o resultado da atividade e consequentemente o patrimônio líquido e o ativo total, no contexto das demonstrações contábeis como um todo, consideramos esse assunto significativo para a auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho dos controles internos chave relacionados à depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível; ii) avaliação das políticas contábeis aplicadas pela Companhia para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, e confronto com os mapas auxiliares relativos ao ativo imobilizado e ativo intangível com os saldos

contábeis; iii) confronto entre o saldo da depreciação e da amortização reconhecidas no exercício, com base nas vidas úteis determinadas pelo Laudo de Revisão das Vidas Úteis emitido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com os saldos contábeis; e iv) avaliação das divulgações efetuadas sobre o ativo imobilizado e ativo intangível nas demonstrações contábeis.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Provisão para riscos cíveis e trabalhistas - Nota Explicativa nº 12

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, relacionados a temas cíveis e trabalhistas, conforme divulgado na nota explicativa nº 12 das demonstrações contábeis, cujo montante contabilizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 84.525 sendo que desse montante R\$ 84.472 está registrado no passivo circulante (R\$ 78.152 em 2023), representados por R\$ 5.029 (R\$ 3.332 em 2023) referente a ações trabalhistas e R\$ 79.443 (R\$ 84.741 em 2023) referente a ações cíveis. Esta área é significativa para o nosso processo de auditoria em função do potencial risco relacionado a certas demandas.

Adicionalmente, a avaliação desses processos inclui julgamento significativo pela Administração, suportado por seus assessores jurídicos, principalmente no que diz respeito à classificação do risco jurídico desses processos como um passivo contingente ou como uma provisão. Portanto, o processo de classificação do risco jurídico de perda das ações para determinar o valor a ser contabilizado das referidas provisões, tem efeito significativo nas demonstrações contábeis, principalmente relacionados a ações trabalhistas e cíveis. Em razão disso, consideramos essa área relevante no contexto das demonstrações contábeis da Companhia.

Como nossa Auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) teste sobre o desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos relacionados à determinação das estimativas para provisionar os valores em conformidade com prognóstico de perdas dos litígios; (b) Avaliação da suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos valores provisionados e/ou divulgados e que levaram em consideração as avaliações preparadas pelos assessores jurídicos internos da Companhia; (c) avaliação da análise da probabilidade de perda, da documentação existente e das informações relacionadas aos principais processos e reclamações envolvendo a Companhia por meio de confirmação com assessores internos; (d) a obtenção e leitura de correspondências dos assessores jurídicos internos da Companhia, (e) indagação à Administração sobre natureza e riscos que envolvem as principais ações que a Companhia é parte e (f) Avaliação da adequação das divulgações da Companhia em relação aos litígios provisionados e aqueles com prognóstico de perda possível.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

A demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, apresentadas somente para fins de comparabilidade foram por nós examinadas que sobre elas emitimos relatório datado de 9 de fevereiro de 2024, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas informa-
ções contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomada em conjunto, estão livres de distorção relevantes, independentemente se causada por fraude ou erro e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e manteremos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omission ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avalemos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

- Avalemos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba PR, 24 de fevereiro de 2025.

BAZZANEZE Auditores Independentes S/S

CRC-PR Nº 3.942-0-6

CVM Nº 5193

Ediclei Cavalheiro de Ávila

Contador CRC-PR 057250-0-9

CNAI Nº 5344

Karini Letícia Bazzaneze

Contadora CRC-PR Nº 051096-0-0

CNAI Nº 6254